



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

1

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alijó. -----

Dos trinta e cinco membros que a compõem, estiveram ausentes Denisa Simão, Glória Veiga e Samuel Cunha, sendo substituídos por José António Inocêncio Rua, Maria Fernanda Monteiro Ferreira e Altino Santos Vasques. Os Deputados Luís Horácio Macedo, dos Santos e Estela Maria de Jesus Teixeira, que não estavam presentes aquando da chamada, chegaram às 14h48 e 15h03, respetivamente. -----

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes: o Senhor Presidente da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, os Senhores Vereadores Sónia Pires, Mafalda Mendes, Miguel Rodrigues e Luís Azevedo. -----

A sessão foi iniciada pelo Presidente da Mesa, José Alberto Queirós Canelas, e secretariada pelos Srs. Secretários Mário Joaquim Vaz e Sónia Cristina Cardoso Quintas Pinheiro. -----

Verificada a existência de "quórum" foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a sessão quando eram 14h35 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**: -----

UM: Exposição do Sr. Presidente da Câmara; -----

DOIS: Pedido de marcação de linha amarela (M12 – linha contínua junto ao limite da faixa de rodagem), junto ao Quartel dos Bombeiros Voluntários do Pinhão; -----

TRÊS: Pedido de marcação de linha amarela (M12 – linha contínua junto ao limite da faixa de rodagem), em Carlão; -----

QUATRO: Pedido de parque de estacionamento privado e reservado às viaturas do Município de Alijó, em Alijó; -----

CINCO: Pedido de mudança de lugar de estacionamento existente na antiga junta de freguesia de Vila Chã, para junto das novas instalações; -----

SEIS: 1ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2019; -----

SETE: Deliberação sobre a transferência de competências para as autarquias locais, nos domínios de Proteção e Saúde Animal e da Segurança dos Alimentos, nos termos do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-lei n.º 20/2019, de 30/01/2019; -----

OITO: Deliberação sobre a transferência de competências para as autarquias locais, no que concerne à Cultura, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-lei n.º 22/2019, de 30/01/2019; -----

NOVE: Proposta de revisão do Quadro Plurianual de Programação Orçamental – QPPO; ---

DEZ: 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019 – Revisão; -----

ONZE: Nomeação de quatro elementos para integarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passo a cumprimentar o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, público que aqui nos acompanha, obrigado pela vossa presença. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 28-02-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature and initials]

Foram-nos comunicadas três ausências e que o grupo municipal a que pertencem indicou três substituições. Ausências de Denisa Simão, Glória Veiga e Samuel Cunha. As substituições, de acordo com as listas de candidaturas das eleições autárquicas são: José Ruas, que já tomou posse nesta Assembleia Municipal, Fernanda Monteiro e Altino Vasques. Antes de começarmos com a sessão, ia proceder à tomada de posse dessas duas pessoas. -----

DEPUTADA FERNANDA MONTEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Eu, Maria Fernanda Monteiro Ferreira, juro solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas. -----

DEPUTADO ALTINO VASQUES (PPD/PSD.CDS-PP): Eu, Altino Vasques, juro solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas. -----

PRESIDENTE DA MESA: Obrigado aos dois. Depois destes dois atos de tomada de posse, irei passar ao período de antes da ordem do dia. Passo desde logo a apresentar para aprovação a ata da sessão ordinária de 28 de novembro. Pelo que solicito aos Srs. Deputados que queiram fazer alguma intervenção no âmbito desta ata para que o possam fazer e logo a seguir chegar à votação. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Cumprimentou os presentes e disse: -----
Quero também dar as boas-vindas aos novos deputados que acabaram de assumir funções e desejar-lhes um bom trabalho. -----

Pois relativamente à ata da sessão extraordinária, eu devo dizer o seguinte.-----

PRESIDENTE DA MESA: Ordinária. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Ordinária, peço desculpa. Eu devo dizer o seguinte: estive a ler as minhas intervenções, é evidente que não li todas as intervenções, mas estive a ler as minhas. Eu devo dizer que isto é lamentável, mesmo o estado deplorável, digamos assim, em que a ata se encontra. Nas minhas intervenções há aqui um manancial infindável de erros, de falta de pontuação, etc., etc. Mas eu vou ter de enunciar aqui isto tudo porque senão há muitas situações em que, por via da falta de pontuação, adultera por completo aquilo que se quis dizer. -----

O Sr. Deputado aponta os erros de pontuação que pretende ver corrigidos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Se acha que interfere com o sentido, faz todo o sentido que se deixe isto para a reunião seguinte. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Fica combinado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Cumprimentou os presentes e disse: -----

O que eu queria dizer era isso precisamente. Eu já mandei algumas correções, atempadamente. Efetivamente, não corriji os pontos finais, as vírgulas e os acentos, porque vi que eram muitos mesmo e não teria tempo suficiente para fazer isto tudo. A verdade é que a ata está aquilo a que nós estávamos habituados. Vinha sempre certinha. Não sei se alguma coisa mudou por aqui, mas pronto. A verdade é que tinha efetivamente muitos erros.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

3

Uma outra coisa que notei é que, nalgumas intervenções, onde inclusive, algum diálogo entre mim e o Sr. Presidente, principalmente naquele ponto da CPCJ, todo esse diálogo é retratado aqui na ata. É pena que não tenham retratado o diálogo e as interrupções que os elementos da bancada da Coligação PSD-CDS fizeram quando eu estava a intervir. Também era curioso que estas intervenções estivessem. Chegaram a apelidar esta Assembleia Municipal de “circo” e outras coisas mais. Portanto, isto não é cordial e espero bem que não venha a acontecer no futuro. Pronto, não sei se isso deveria estar ou não na ata. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Se me permite, Sr. Presidente. Uma, são os erros ortográficos, outra coisa é a pontuação interferir com o sentido. E há de facto frases em que a pontuação interfere com o sentido. Toda a gente que ler a frase vai ler da mesma maneira. Agora há efetivamente sinais de pontuação que interfere com o sentido. E neste caso referiu-se aí sinais de pontuação que não interferem com o sentido. -----

PRESIDENTE DA MESA: Nós vamos deixar as atas, não vamos perder mais tempo. -----
Passada esta questão das atas eu passaria à questão da correspondência rececionada aqui na Assembleia. A relevante, obviamente. -----

Recebemos, do Tribunal de Contas, a homologação da verificação interna das contas do exercício de 2016. Cedi notas aos líderes das bancadas. -----

Recebemos da CPCJ uma carta, redigida pela Sr.ª Presidente, solicitando a substituição de dois representantes eleitos por esta Assembleia Municipal a 29 de dezembro de 2017. Recordo a renúncia de dois dos representantes em reunião da Comissão Alargada, realizada em dezembro último. -----

Recebemos, ainda, o pedido de renúncia dos quatro representantes desta Assembleia na CPCJ. -----

Recebemos, dia 25, último, portanto já esta semana, o relatório anual de atividades de 2018, da CPCJ. Este relatório só chegou agora, terça-feira, será disponibilizado aos senhores deputados e integrará a ordem do dia da próxima reunião. -----

Passaria aos Srs. Deputados que pretendem falar, no período de antes da ordem do dia, o favor de se inscreverem. -----

Antes de pedir ao Deputado Luís Lameiras para falar, eu quero recordar-lhes os tempos que temos que cumprir. Não podemos alargar-nos muito, porque eu acho que a reunião vai ser longa. Portanto, não vamos dar espaço. -----

Passa a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu começava esta minha intervenção por fazer um convite a todos os presentes para, no próximo dia 3 e 5 de março, domingo e terça-feira, irem visitar São Mamede. Para no domingo, 3 de março, assistirem ao desfile do Entrudo, não do Carnaval, do Entrudo. É muito característico e peculiar de São Mamede. E depois, na terça-feira, ao enterro do Entrudo. Portanto, fica aqui o convite. Depois, queria dar os parabéns à Banda de Música, à Banda Filarmónica de São Mamede de Ribatua, pelo excelente concerto com que nos presenteou no dia seis de Reis. Vale a pena assistir assim a um concerto de música. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Dar, também, os parabéns à Associação Cultural "O Plátano de Alijó", ao Rancho Etnográfico de Sanfins do Douro e ao Rancho Folclórico do Pinhão pelos "Encontros de Janeiras" que realizaram, no mês de janeiro. -----

Depois, fazia aqui uma sugestão à Câmara Municipal, nomeadamente à Vereação da Cultura, para seguir o exemplo de Carrazeda de Ansiães. Porque não lançar uma revista em que desse a conhecer o património material e imaterial do concelho? Julgo que seria importante investir nesta questão. -----

Depois, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara o que é que se passa com a Porta de Entrada, porque é que as obras ainda não avançaram? Explique-me, qual é que é a razão. Depois, queria também dizer o seguinte relativamente a esta questão, que é: a Câmara Municipal sabia que iria fazer ali a Porta de Entrada, portanto, até estava prevista a iniciação das obras para 2018, sabia que o Grupo de Cantares estava, e ainda está, ali instalado, porque é que não se precaveu esta situação? Ou seja, o Grupo de Cantares vai ter que sair dali, em princípio irá para as instalações dos Bombeiros, mas antes disso terá que passar pelos chamados lavadouros. Portanto, é um incómodo andar sempre a mudar. Sabendo que iam efetuar essas obras, se calhar teria sido bom precaver esta situação. -----

Depois, em relação ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, já aqui coloquei este aspeto, que é a questão dos debates específicos e dos debates temáticos. Porque não Sr. Presidente realizar este ano, quanto mais rápido melhor, debates sobre temas que tivessem importância para o desenvolvimento efetivo e real do nosso concelho? Uma vez que, talvez com estes debates, surgissem ideias interessantes que depois seriam postas em prática. Uma vez que já estamos a um ano e meio de mandato, deste executivo do PSD-CDS, e não se constata que haja projetos, que haja ideias, que lancem o nosso concelho na senda do florescimento. Aquilo a que nós assistimos, a criação de empregos, e nada contra a criação de empregos, a festas, romarias, mas do concreto algo que seja ou que tenha sido feito para potenciar o nosso concelho na senda do desenvolvimento, desconhece-se. Terminei, obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimentou os presentes e disse: -----

Isto, que eu vi aqui, acerca das atas é surreal. É surreal, é surreal porque também será que vamos ter que pôr as pausas, quando se faz "haaa...". Será que vamos pôr aqui umas reticências ou um "A" mais prolongado? O que é que vamos fazer? O Sr. Presidente da Mesa, realmente, deu uma explicação, se calhar, bastante adequada. Parece que houve copy/paste, houve alterações de ortografia, houve outras coisas quaisquer. Será que na próxima reunião, na próxima Assembleia Municipal, a ata vai passar? Não sei. Tenho dúvidas. -----

Mudando de assunto. Sr. Deputado Pedro Espírito Santo vamos lá ver então em relação ao Pinhão, o que é que eu posso falar acerca disso. Eu estive numa Assembleia Intermunicipal, até levei o documento que o Sr. apresentou aqui, na Assembleia Municipal, e eu ia apresentá-lo. Mas achei que não seria correto da minha parte plagiá-lo. Você estava lá, podia tê-lo apresentado. Eu acho que devemos defender o nosso Município, devemos



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

5

defender a nossa freguesia, devemos defender o nosso território, não só no nosso território, mas principalmente fora dele. E, a Assembleia Intermunicipal é um palco privilegiado para defendermos o nosso território. O nosso território deve ser defendido fora, deve ser defendido nos sítios onde é possível captar investimento. A meu ver, Pinhão é um PIN, é um Projeto de Interesse Nacional, é um projeto que ultrapassa em grande medida o Concelho e a própria CIM, é um projeto de interesse nacional. Agora, eu gosto de ouvir, vocês falam aqui, porque devia ser feito, porque devia estar a ser feito, e devia-se fazer. Sim, então, um projeto desses deve ser defendido, não só aqui, deve ser defendido também nos outros sítios onde nós temos palavra, onde podemos intervir. Então aí, perdeu a sua oportunidade. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Toni Afonso. -----

DEPUTADO TONI AFONSO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimentou os presentes e disse: ----
A questão, que me traz aqui, é relacionada com as queimas e queimadas que estão muito na baila, nestes últimos tempos. Vou falar da minha freguesia, que é considerada uma freguesia de primeira prioridade. Gostaria de enaltecer aqui o trabalho que a Proteção Civil tem feito junto da nossa população, no sentido pedagógico. Porque não tem sido tarefa fácil desde que iniciaram estas leis, conversar com os proprietários, maioritariamente idosos, e incentivá-los a abater as árvores dos terrenos que possuem e que estão devidamente limpos, que cumprem minimamente as regras que são exigidas, e vêem-se frustrados por terem que abater árvores. -----

Outra questão que quero aqui deixar e lançar um repto ao Município, enquanto Presidente de Junta e tenho reparado e constatado, não só eu como outros presidentes de Junta, que temos perdido imenso tempo na plataforma do ICNF a marcar as queimas, porque temos uma população maioritariamente idosa que não sabe usar as tecnologias. Temos estado imenso tempo diante do computador para marcar essas ditas queimas. E para ajudar a isso, a Internet também é fraca. De facto, temos perdido imenso tempo com isto. E eu não me considero um funcionário do Estado. E além de todas as competências que me são delegadas, ainda temos mais esta função e quiçá, no futuro, ainda nos aparecerão mais umas quantas. E gostaria que o Município nos defendesse e protegesse um pouco nesta questão, caso seja possível, falar a quem de direito, porque tem sido um trabalho um bocado complicado. -----

E depois, temos outra agravante, que não sei quem é que vai ficar com as culpas. Ou seja, eu tenho visto na Nacional 15, várias queimas a serem efetuadas junto de pinhais. População idosa a fazer isto. Se calhar marcaram o terreno para fazer essa queimada, mas fazer uma queima junto de um pinhal, acho que a pessoa corre sérios riscos. Desde há uma semana para cá, temos visto, pelo menos, uma ou duas pessoas que faleceram a fazer essas queimas. Gostaria que se pudesse fazer alguma coisa nesse sentido para nos apoiar. Nós marcamos a queima, por exemplo, para o dia de amanhã, colocamos o telemóvel do idoso, ele praticamente usa o telemóvel para receber chamadas dos familiares, e poderá eventualmente surgir um alerta por parte do ICNF a dizer que não deve fazer a queima naquele dia, naquele local. E ele efetivamente faz, porque ele esteve connosco e vai



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

6

fazê-la. E depois de quem será a responsabilidade? Será do idoso? Será da Junta? Há aqui uma série de questões que nos estão a preocupar um pouco nesta temática. E é só. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Passa a palavra ao Sr. Deputado António Rocha.* -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): Cumprimentou os presentes e disse: -----

Eu acrescentaria ali ao colega da outra bancada, o deputado Toni, que de facto, ele está a dizer isto de verdade, mas é com um agravante. É que, as pessoas que vão lá, que quem estiver a atendê-las e não perceba nada, ou que não conheça o território, corre o risco de estar a passar uma autorização para outro sítio. Portanto, eu acho que isto também pode acontecer. -----

Então passava agora às minhas questões. É o seguinte: há coisa de um ano, penso que sim, eu questionava o Sr. Presidente relativamente às lixeiras e ao modo como iriam resolver o problema do lixo, aqui do Município de Alijó. Falava eu na altura sobre os lixos monstros, ainda hoje é um problema nas freguesias todas, e das lixeiras que se faziam nas bermas das estradas. Em relação aos monstros, disse na altura o Sr. Presidente que pensavam fazer um demarcamento ali na zona de Campo Meão, penso eu, mas tinham ali problemas por causa do ICNF, da Agência Portuguesa do Ambiente. Entretanto, ficou de resolver o problema, chegado a esta altura, concluímos que em vez de estar melhor, está pior. Vimos uma lixeira, aqui no cimo do Vilarelho, que é um, desculpem lá, mas é um submundo autêntico, aquilo é uma vergonha para qualquer pessoa que vá visitar. Fui lá por acaso, com um mecânico, estava com a minha carrinha, fomos experimentá-la, e vimos que aquilo, inclusive, os funcionários da Câmara vão para lá depositar as folhas, portanto não podem ignorar que aquilo está ali. Em relação às bermas da estrada, eu vinha agora de S. Mamede para cima, o lixo que estava lá do ano passado, quando fiz a dita intervenção, agora tem lá mais. Quer dizer, também piorou. Aquilo ali, está mesmo ao lado, acho que era fácil resolver. É por pequenas coisas que às vezes se veem as grandes coisas. -----

Agora, quanto à Estrada Municipal de S. Mamede – Castedo. Eu por acaso fiz questão de passar por lá, tinha que trazer, de carregar adubo, em vez de vir por baixo, de manhã. E verifiquei que aquilo está como estava ou pior. É que ninguém fez intervenção nenhuma, ainda não foi limpo e as bermas de combustível ainda não foram limpas, e em relação ao pavimento está precisamente igual. Fizeram lá uns remendos, mas não está nada limpo. Portanto, também queria que depois se pronunciasse sobre isso, uma vez que está a chegar o dia 15 de março, não é? -----

O Sr. Presidente, salvo erro, na sessão do orçamento, ficou de nos enviar ou de nos comunicar o projeto das Portas de Entrada de S. Mamede. Pois ficou, está em ata, se quiser pode consultar. O senhor que é meu colega, o Luís Pereira, diz que foi quando foi reformulado o orçamento, diz ele. Foi quando foi reformulado o orçamento. E agora sim, foi o meu colega de bancada que, sim senhor, foi ele, disse que o Sr. estava disposto a dar-nos a conhecer o projeto. Portanto, teve uma resposta afirmativa, portanto, estou-o a lembrar. Queríamos também saber, todos nós queremos saber, obviamente, e estou a falar, acho que é do interesse público, somos nós todos que queremos saber. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

7

Em relação ao saneamento, mais uma vez, da Avenida do Areal em S. Mamede de Ribatua, também, qual é o ponto da situação, e neste período de antes da ordem do dia, ficávamos por aqui. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu a palavra ao Sr. Deputado Raffaele Batista. -----

DEPUTADO RAFFAELE BATISTA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimentou os presentes e disse: -----

Como Presidente de Junta de Freguesia de Favaios, queria começar por agradecer a uma associação que, nestes dois últimos fins-de-semana de fevereiro, realizou um evento, um evento que podemos considerar um evento à escala nacional, que é a Associação Clube TT – Trilhos de Favaios. Para além de agradecer à Associação, queria também deixar aqui o agradecimento público ao Executivo do Município de Alijó, pelo apoio, sem vocês, também não era possível a realização deste evento, à Adegas Cooperativas de Favaios, às Corporações de Bombeiros envolvidas, às associações que colaboraram na realização do evento – ao Grupo Recreativo Cultural e Social de Favaios e ao Grupo Social de Sanfins do Douro, a todos os patrocinadores, e a todos que contribuíram para a realização deste evento. Eu queria só deixar aqui alguns números, para que os membros desta Assembleia tenham noção do que a gente está a falar. No total foram mais de 900 participantes, divididos em 307 jipes e 280 motos. Isto é bom para a Freguesia de Favaios, mas é bom também para todo o Concelho. Basta ver por exemplo, no dia 23, o movimento que existia aqui na Vila de Alijó, quer a nível de hotelaria, quer a nível de restauração, quer a nível de diversão noturna. Acho que, ao apoiar este tipo de eventos, todos têm a ganhar. -----
Depois, também queria convidar todos os membros desta Assembleia a participar no início das comemorações dos 100 anos do Teatro António Augusto Assunção, no dia 23 de março. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Umhas breves notas, para pouparmos algum tempo, mas que não podia deixar de referir. Queria dar os parabéns, mais uma vez, à Adegas de Favaios, pelas medalhas que conquistou esta semana, no concurso “Mundus Vini” e destacar que, pela primeira vez, um “Porto” da Adegas de Favaios, que não é especialista nesse tipo de produtos, ganhou a medalha de ouro do mesmo concurso, com grande destaque. Posto isto, e já que falamos de vinhos, a principal atividade do Concelho de Alijó, têm surgido nos últimos anos, muitos produtores de vinhos com grande qualidade. Não sei quantos são efetivamente, mas são muitos, há muitos produtores no concelho. E chamou-me à atenção o seguinte: eu vi no site da Câmara fotografias do evento *Xantar* em Ourense, aquela feira gastronómica, e a verdade é que, em todas as fotografias que estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Alijó, que é visto pelo mundo inteiro e é um fator de divulgação também, só existe um produtor de vinhos. Eu queria questionar e saber como é que foram feitos os convites, de que forma é que esses convites foram feitos, porque aquilo que dá a entender é que só esteve lá um produtor de vinhos. Como eu referi, há muitos produtores com muita qualidade no nosso concelho e seria um bom espaço para os divulgar. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

8

Depois, queria dizer também o seguinte, e no seguimento da intervenção do colega Presidente de Junta de Vila Verde – concordo plenamente com aquilo que ele disse, as atribuições que as Juntas de Freguesia estão a fazer, trabalhos sem terem efetivamente competência para elas. Não quer dizer que não as façam com qualidade, com o objetivo de ajudar os cidadãos, e é esse o objetivo das Juntas de Freguesia. E aqui vai de encontro a uma possível solução para o problema, que era as descentralizações de competências, que previam, inclusivamente, a criação de espaços do cidadão, nas Juntas de Freguesia. Assim, as Freguesias seriam dotadas de meios próprios para a realização desses apoios ao cidadão, e que foi uma oportunidade perdida por parte da Câmara Municipal, ao ter rejeitado essa e outras delegações de competências na passada sessão. Portanto, isso seria uma solução para esse problema que, repito, as Juntas de Freguesia continuam a fazer, não só na questão das queimas, dos IRS's, Segurança Social, etc. Portanto, fazem o trabalho, apenas não têm, no fundo, uma delegação de competências para as mesmas, porque não foi aceite pela Câmara Municipal. É só. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Deu a palavra à Sr.ª Deputada Aurelina Pereira.* -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimentou os presentes e disse: -----

Enquanto representante da Junta de Freguesia, na Comissão Municipal de Proteção Civil, eleita na Assembleia Municipal do dia 29 de Dezembro de 2017, venho dar conhecimento a esta Assembleia Municipal do conteúdo da reunião extraordinária realizada no dia de ontem, e que contou com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Sr. Comandante Operacional Municipal, Comandante Distrital da Proteção Civil, Gabinete Técnico Florestal, representantes das Corporações dos Bombeiros do Concelho, Comandantes do Posto da GNR de Alijó e do Pinhão, representante da Saúde Pública do Centro de Saúde de Alijó, representante da Segurança Social, representante do Agrupamento de Escolas D. Sancho II, representante da Delegação Marítima do Peso da Régua, Agrupamentos dos Escuteiros e IPSS's, onde se abordaram vários assuntos, nomeadamente as medidas de prevenção e proteção de pessoas e bens, a tomar durante o ano de 2019, no qual se inclui o Programa "Aldeia Segura, Pessoas Seguras", à qual aderiram 25 aldeias, inseridas nas freguesias classificadas como primeira prioridade: Vila Verde e União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga, e de segunda prioridade: Pegarinhos, S. Mamede de Ribatua e União de Freguesias de Carlão e Amieiro, bem como das freguesias de Vila Chã e Vilar de Maçada, não classificadas de 1ª e 2ª, mas dada a sua importante mancha florestal ainda existente. -----

Outro assunto, foi a limpeza das faixas de gestão de combustíveis efetuadas ou a efetuar pelos particulares e entidades públicas e privadas, as campanhas de sensibilização a levar a efeito pela GNR, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Foi também comunicada nesta reunião que, a partir do dia 11 de março a Câmara Municipal vai disponibilizar máquinas para limpeza dos caminhos agrícolas e florestais, trabalhos que vão ter início nas Freguesias de primeira prioridade. Também foi comunicado, nesta reunião, que irão ser colocados dois depósitos com capacidade de meio milhão de metros cúbicos, em locais

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 28-02-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declumbrante Património Natural

9

ainda a definir, de forma a ajudar ao combate dos incêndios florestais. Foi também proposto a criação de um ponto de abastecimento direto na Barragem. Este ponto ainda está dependente de autorização da APA – Agência Portuguesa do Ambiente. Foi também decidido indeferir os pedidos de realização de queimas e queimadas solicitadas no período crítico, disponibilizando o Município o bio triturador para destruição dos sobrantes, como alternativa às queimas de sobrantes florestais. -----

Pelo GTF, foi dado conhecimento à Comissão que, à data de vinte e sete de fevereiro foram comunicadas no Concelho de Alijó duas mil e cinquenta e cinco queimas e queimadas, das cinco mil cento e noventa e três do distrito, tendo neste ponto o Sr. Vice-Presidente e a Técnica do Gabinete Florestal feito agradecimento a todos os Presidentes de Junta, pelo empenho e intervenção que têm tido neste processo. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Alves. -----

DEPUTADO ALEXANDRE ALVES (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimentou os presentes e disse: -----

A minha intervenção é, neste ponto de antes da ordem do dia, dirigida à Mesa, e refere-se mais a uma questão de organização desta reunião. No seguimento do ponto onze desta Assembleia, que é o ponto relativo à demissão e à eleição dos novos membros para o CPCJ, eu gostaria de apresentar um voto de protesto contra a atuação da Presidente da CPCJ de Alijó, de modo a tornar mais perceptível, porque esta questão da CPCJ será discutida no ponto 11, eu gostaria de submeter à consideração do Sr. Presidente, que depois submeterá à consideração de todos os deputados, a inclusão de um ponto 12 onde será apresentado e votado esse voto de protesto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Alípio Alves. -----

DEPUTADO ALÍPIO ALVES (PS): Cumprimentou os presentes e disse: -----

Eu só queria chamar a atenção para três coisas muito simples, em Alijó, mas de que já se falou, há mais de um ano, e que realmente se não viu resolvido, e é fácil de o fazer. -----

A sinalética, de Alijó, que foi um pedido antigo da Junta de Freguesia e uma opção para tornar Alijó mais bonita e mais informada. Acontece, é que está tudo desorientado, além disso, algumas placas até estragadas. Portanto, concretamente, ali ao pé da pizzeria, eu pedia aqui, que houvesse mais um bocadinho de consideração por aquilo que é importante. Se o vento as faz rodar, tudo bem, mas que se arranje alguma forma de que elas possam ficar fixadas, e não andamos aqui a enganar as pessoas. Eu pedia que isso fosse feito. -----

Depois, também queria falar na Avenida Teixeira de Sousa, uma avenida bonita, sempre tradicional e de tradição em Alijó, junto a dois edifícios magníficos, que são, o Auditório Municipal e a Biblioteca Municipal. E o que vai dali para baixo dá "impressão". O que está havendo lá? Meteram lá umas jogas, que não têm nada a ver com aquilo a que nós estávamos habituados lá, porque nós estávamos habituados a ver lá no fundo, roseiras lindíssimas e acho que, eu sei que se calhar o Sr. Presidente vai dizer que aquilo vai sofrer obras, mas eu acho que, até que as obras sejam feitas, eu gostava que, e aquilo também é simples de fazer, que fossem ali postas umas roseiras, porque acho que ficava muito mais bonito e de acordo com os edifícios que lá temos e com a tradição. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

10
[Handwritten signature]

Depois, também queria falar, dia vinte e cinco, vi aí as lâmpadas todas acesas. Realmente ficou tudo bem iluminado, com lâmpadas que estavam fundidas e ficaram a dar. Mas eu gostava também que se lembrassem, de vez em quando se calhar, e vissem onde é necessário também noutros sítios e, se calhar o que fizeram aqui, fizessem em todas as ruas ou pelo menos em algumas. Porque, concretamente na rua junto ao Intermarché, nós temos lá dez ou mais pontos de luz quase seguidos, todos fundidos. Por acaso andaram aí dia vinte e cinco, (ainda telefonei para a Junta de Freguesia), simplesmente na altura não atenderam, que era para informar os senhores que viessem, que o que estavam a fazer aqui, fossem fazer lá. Por acaso, não aconteceu, mas eu gostava que fosse feito. -----

Pronto, era só isso. Só queria, também, falar em relação àquilo que falou o meu amigo Rocha, realmente Sr. Presidente passe por lá, porque aquilo está lastimoso. Porque está toda a gente a meter lá as lixeiras, mesmo monstros e tudo, e depois penso que vai ser difícil tirar dali aquilo tudo, porque nós uma vez ainda fizemos para lá uns atulhos dumas minas que havia lá, dumas covas enormes, e ficou tudo direitinho (onde estão aqueles plátanos plantados). Mas, ali depois não é fácil, porque têm que transportar para outro lado, se calhar, depois estamos a tirar dali e a pôr noutro lado. Tenho dito e obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Deu a palavra à Sr.ª Deputada Maria de Jesus Elias* -----

DEPUTADA MARIA DE JESUS ELIAS (PS): Cumprimentou os presentes e disse: -----

Sr. Presidente, tenho conhecimento de que o projeto inicial do Programa Especial de Ordenamento do Vale do Tua foi enviado aos cinco municípios que confrontam com o Rio Tua. É sobre este Plano ou Programa que quero fazer algumas considerações, apesar de que nunca é demais poderem ser feitas. Quando se fala em hipótese sobre qualquer assunto, na gíria, o povo diz "ora suponhamos, ora então vamos lá supor". Suponhamos que o Sr. Presidente tem um barco e quer passear no Rio Tua, com entrada em Brunheda, com direção à Barragem ou vice-versa. O barco, segundo os critérios deste Plano, só pode ser elétrico. É a primeira vez que viaja num barco elétrico, porque não é recorrente haver barcos elétricos, e não sabe que, apesar de ter duas baterias com bastante potência, não são o suficiente para o barco ter autonomia de ida e volta, neste percurso. Este percurso, feito com um barco a gasolina demora 30 minutos. Com um barco elétrico, não chega nem a meio da viagem. Com sorte, fica no meio do Rio Tua, num local a que chamamos ilha. Encosta na ilha e tem que esperar que alguém o ajude. Usa o telemóvel para pedir apoio, e verifica que não tem rede. Passado algum tempo, passa o barco da mobilidade do Vale do Tua, este sim com motor de combustão, e acena-lhe a pedir ajuda. O barco não pára porque o marinheiro pensa que o está a cumprimentar. Entretanto, tem que sobreviver na ilha, caçando ou pescando, pois não sabe quando regressa. -----

Este episódio trágico-marítimo, de ficção, pode ser o resultado de um Plano de Ordenamento mandado elaborar pela Agência Portuguesa do Ambiente que, para mim, é uma entidade sem rosto, que governa sem sequer a termos eleito. Impõem regras, sentadas numa secretária. Não tenho nada contra si, Sr. Presidente. Apesar de não ter votado no seu grupo parlamentar-partidário, sabe que sempre fui sua amiga e não quero que nada deste



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Declambrante Património Natural

11

episódio de ficção lhe aconteça. Depois de ganhar as eleições autárquicas, passou a ser o meu Presidente, assim como espero que seja o Presidente de todos os munícipes. É isso que espero de si, e o respeito como tal. Quero acreditar que as proibições que existem neste primeiro documento sejam revertidas no documento final, e que ninguém passe dias e noites na ilha do Rio Tua contra a sua vontade, apesar de ser bonita. -----

De qualquer Plano de Ordenamento espera-se que tenha instrumentos positivos de ordenamento do território e que não contribua para a discriminação económica de uma região em favor dos mais poderosos. Sr. Presidente, lute pela "genuidade" dos habitantes desta região, independentemente do poder económico de cada um. Lute pelo direito à igualdade de oportunidades que todos têm, em comparação com outros planos de ordenamento de albufeiras e em que todos os barcos podem ser a quatro tempos, de gasolina. Só quero despertar a sua consciência e a consciência de todos para que sejamos firmes e lutemos pelo melhor da nossa região e quando este Plano estiver em consulta pública, provavelmente em março ou abril, todos possamos reclamar. Perante este Programa, e se nada for feito, terá que haver um placard, em todos os ancoradouros, a fazer o aconselhamento a quem quiser viajar de barco elétrico no Rio Tua: leve *kit* de sobrevivência e que se despeça da família, pois não sabe quando vai voltar para casa. -----

Este cenário, caricato, não é o único possível neste documento. Além de outros, temos o caso da agricultura ribeirinha, numa faixa de quinhentos metros, contados em linha reta a partir das margens do rio. Nesta faixa de quinhentos metros estão proibidos o uso de fertilizantes, herbicidas e pesticidas, o que inclui o sulfato. Não conheço ninguém que consiga que uma vinha, um olival, produza frutos com estas restrições. Só quem não é agricultor pode acreditar nesta utopia. Então, o que resta aos agricultores das margens do Rio Tua? Debaixo de um guarda-sol, sentarem-se numa cadeira junto ao rio, com os pés na água, a verem só o barco de mobilidade do Vale do Tua e o comboio a passar. Enquanto espera por um ou por outro, sempre pode ir pescando. Mas também para isso é preciso procurar sítio onde não é proibido. Não conheço estes procedimentos no Rio Douro, na Régua ou no Pinhão. Também nisso somos diferentes. -----

Este Plano de Ordenamento, a ser aprovado como está plasmado, é aprovar o não desenvolvimento do Vale do Tua. Para além de ser um atentado à honra do povo dos cinco concelhos que confrontam com o Rio Tua, povo este que se realiza e dignifica com e pelo trabalho, principalmente agrícola. Faço parte desse povo e sinto-me desrespeitada por entidades sem rosto, pequenos grandes poderes instalados que existem e não cuidam dos habitantes desta região. -----

Quero continuar a trabalhar na minha região, como sempre fiz. Espero que a atuação do Sr. Presidente, como Presidente do Município, e também como Presidente da Agência de Desenvolvimento do Vale do Tua, não permita que o nosso território seja abandonado por causa da frustração de um documento que tardou em chegar e em tudo proibitivo para os interesses da nossa região. Criou-se a perceção de que a Albufeira de Foz-Tua fosse geradora de uma nova realidade socioeconómica, alavancada num desenvolvimento regional. Ora, baseada nestes pressupostos, este Plano de Ordenamento é totalmente



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

12

contrário às expectativas geradas. Por tudo isto, só me resta dizer que a montanha pariu um rato. Tenho dito. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Passa a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes.* -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Cumprimentou os presentes e disse: -----

Não tinha intenção nenhuma de me referir ao Sr. Deputado Rui Lopes, mas visto ele dizer que esteve, que ele defendeu os interesses, e bem, na CIMDOURO, que fez uma intervenção. Sr. Deputado, também se esqueceu que eu também fiz uma intervenção, e que, com a mesma vontade, também defendi o Concelho e os alijoenses. Devemos ser claros e, quando falamos numas coisas, dizermos a verdade, não só o que nos interessa. --- Depois, queria dizer também que concordo plenamente com a intervenção do Sr. Deputado, do Sr. Presidente de Junta de Vila Verde, o que disse é verdade, e todos os presidentes de juntas sentem isso que ele disse. Também a Sr.^a Presidente de Junta de Alijó, que aplaudo, portanto, a resenha que fez, o apanhado que fez das reuniões que aqui foram feitas, e fê-lo muito bem. E até folgo e fico contente, porque muitas das coisas que ali foram ditas, fui eu que nas minhas intervenções levantei essas questões e bem, tiveram resposta, e é assim que se trabalha. Depois, queria então começar a minha intervenção. -----

Ora, eu inicio esta intervenção começando por prestar a minha solidariedade à Sr.^a Presidente de Junta de Freguesia do Pinhão por ter sido falada, mencionada desfavoravelmente, de forma inaceitável pelo Sr. Presidente da Câmara em declarações aos jornais regionais. O Sr. Presidente da Câmara chegou a insinuar que a Junta de Freguesia do Pinhão não deseja as obras de requalificação na sua Vila, o que é uma provocação inaceitável para qualquer cidadão, quanto mais para uma pessoa que é responsável de uma Junta de Freguesia. É claro que esta é apenas uma manobra de diversão do Sr. Presidente para justificar a sua própria incapacidade em levar por diante o Projeto de Requalificação do Pinhão. A Sr.^a Presidente de Junta tem a minha solidariedade e total apoio, bem como desta bancada. O Partido Socialista de Alijó continuará a defender a requalificação da Vila do Pinhão como um dos grandes projetos estratégicos para este Concelho. -----

Enfim, e esta é uma visão do Sr. Presidente de Câmara não partilhada, pois não tem, não defende, e não lhe conhecemos qualquer projeto estratégico para este concelho. Esta maioria PSD-CDS vai fazendo apenas navegação à vista, já se percebendo que não é capaz de promover o desenvolvimento de que esta terra precisa e merece. Noutros tempos, o Concelho de Alijó conheceu grandes obras, determinadas para a melhoria da qualidade de vida dos nossos, da nossa população: o Complexo das Piscinas Municipais, a Zona de Lazer envolvente, o Teatro Auditório Municipal, a requalificação das escolas do Concelho, a construção do novo centro escolar em Alijó, a Variante de Alijó, a Variante de Favaios, a requalificação do Estádio Municipal e a zona envolvente, a requalificação do Mercado Municipal, a construção do Museu do Pão e do Vinho em Favaios, a requalificação da zona da Praia do Pinhão, a requalificação do Terreiro de Sanfins do Douro e a zona envolvente do Miradouro de Nossa Sr.^a da Piedade, a construção, em parceria com o Governo PS de então, da Variante de Alijó, do novo Centro de Saúde e da Pousada da Juventude, e tantas outras. E, da maioria PSD-CDS, o que fizeram? O que fizeram? -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 28-02-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

13

Muitos falaram de despesismo e de dívida, mas quem fala de dívida agora já não se importa com ela, quando esta Câmara mais parece uma agência de emprego para satisfazer clientelas. Só neste mandato, já são mais de quatro dezenas de lugares preenchidos. É o maior aumento de despesas com pessoal de que há memória nesta Câmara. Somos favoráveis à criação de emprego, claro está. E também na Câmara Municipal. Mas que esses empregos sejam para satisfazer necessidades públicas e não esses interesses particulares e partidários. Mais de 40 lugares num ano, numa Câmara com a dimensão de Alijó, um milhão de euros de aumento nas despesas com pessoal, em apenas um ano, e ainda mais lugares virão, porque isto não ficará por aqui. Pena é que não se sinta uma melhoria no funcionamento deste município. Porque antes de tudo, o que mais interessaria, era contratar assistentes operacionais para o exterior e assim servir bem os nossos munícipes. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Avisa o Sr. Deputado do tempo decorrido.* -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Então para concluir, queria perguntar ao Sr. Presidente de Câmara o que é que pensa daquela grande infraestrutura do Aeródromo. Sabemos que foi uma ambição noutros tempos para desenvolver o Concelho, desencravar o Concelho da situação em que estamos, e aquilo continua naquela forma. Também queria, e para que o Sr. Presidente da Mesa não diga que a gente só critica, também queria aplaudir a atitude do Sr. Presidente da Câmara quando votou "não", e bem, nas medidas sociais que o PS, o Governo do PS, implementou, tais como o cheque dentista, e também o de medicamentos para as pessoas. Por aí, eu estou de acordo consigo, felicito-o, e é assim que se deve fazer. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Passa a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro.* -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimentou os presentes e disse: Foram recentemente assinados diversos documentos no âmbito do Plano de Mobilidade do Tua. Prevê-se que, no próximo Verão, esteja já em funcionamento o Plano de Mobilidade do Vale do Tua na sua tríplice vertente: fluvial, rodoviária e ferroviária. Assinalo aqui o papel do Sr. Presidente da Câmara de Alijó, na sua veste de atual Presidente da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, na concretização do passo final do Plano de Mobilidade, sobretudo ao nível da negociação e assinatura do contrato de subconcessão com o operador privado, que assumirá o funcionamento deste Plano, assim assegurando a criação de uma oferta turística que não existia, bem como a mobilidade quotidiana das populações. Quando tomou posse como Presidente da Agência, o Sr. Presidente da Câmara assumiu como principal objetivo desencravar o Plano de Mobilidade do Tua. Apraz-nos registar o cumprimento e a concretização desta intenção. -----

O Sr. Deputado que me antecedeu no uso da palavra, António Fernandes, fez referência a um extenso rol de obras. Gostava de lhe perguntar se sabe quantas dessas obras foram efetivamente pagas e quantas delas estão por pagar. Por outro lado, falou também no aumento do número de postos de trabalho da autarquia. Gostava de perguntar também ao Sr. Deputado se tem memória dos tempos em que o seu partido governava os destinos do Município e se sabe qual era o número de funcionários dessa altura. Se não sabe, eu posso-



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

14

lhe dizer: ultrapassavam as duas centenas, sendo certo que, no momento presente e não obstante o aumento do número de funcionários da autarquia para fazer face às emergentes necessidades, fica muito abaixo disso. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Ora Sr. Deputado Márcio, ilustre advogado, com essas referências, todas as excelências, eu até fico constrangido. Mas, vou ser sucinto, vou-lhe responder. Queria-lhe dizer, Sr. Deputado, que realmente o Sr. disse a verdade – um rol extenso, extensíssimo, e não mencionei nem metade. Ora, quem tanto trabalha, quem tanta obra fez, estão aí, tropeça-se nelas no Concelho, alguma havia de ficar por pagar. Agora, quem realmente faz pouco, pouquinho, pouquinho, claro que pode pagar a tempo e a horas, não há mal nenhum nisso. Virando para os funcionários, [para o público] faz favor, querem alguma coisa? Virando para os funcionários, muito bem, o Sr. Deputado sabe que eu realmente andei por cá no tempo dos socialistas, como ando hoje, e sei que era uma carga de trabalhos para se admitir alguém. Não eram às dezenas e às dezenas, como agora acontece. Eu sei que isto interessa a muita gente, eu sei que por isso é que o Sr. fala assim. Eu também falava, se realmente achasse se era beneficiado, mas eu acho que sou prejudicado em tudo. Tem aí a resposta, Sr. Deputado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Pedro Espírito Santo. -----

DEPUTADO PEDRO ESPÍRITO SANTO (PS): Cumprimentou os presentes e disse: ----- Eu não iria mesmo falar, mas vi-me obrigado a fazê-lo, até porque fiquei algo admirado com as declarações do Deputado Rui Lopes e as acusações que me fez. Eu não sei se o deputado Rui Lopes sabe a diferença entre uma Assembleia Municipal e um Conselho Intermunicipal. Eu não sei se ele sabe o que é que é um órgão executivo e um órgão meramente deliberativo. Portanto, todas as questões que ele aqui lançou, devia colocá-las ao Presidente da Câmara Municipal desta casa que lançou a coligação política. Porque é esse Presidente que, 95% das reuniões da CIM, entra mudo e sai calado, foi esse Presidente que, em meados do ano passado, aprovou um documento para a década onde não se prevê um único investimento em Alijó, e é a esse Presidente que o Sr. Deputado Rui Lopes tem que perguntar porque é que, em finais de 2018, foi feita uma adenda a essa agenda por causa da questão da ferrovia. Portanto, o Sr. Deputado em vez de dizer *parvoíce*, que se informe. -----

PRESIDENTE DA MESA: Eu peço atenção. Não se importam de manter silêncio? Há aqui palavras que não se devem dizer. Ponto final. E eu não quero dar resposta para que não hajam palavras que venham atrás de palavras. Deputado Rui, percebo a sua indignação, também eu me sinto indignado. Há palavras que não se devem dizer aqui no âmbito desta Assembleia. De vez em quando saem, mas saem em contextos que nós vamos passando e permitindo, mas não se devem permitir. Essa palavra "parvoíce", por exemplo, não se deve dizer. Essas e algumas outras que se vão dizendo. Peço desculpa, mas acabou. Não devem dizer. Tem acontecido, infelizmente tem acontecido em alguns casos. E eu peço, não se importa, eu vou passar à frente. Sr. Deputado, eu não vou deixar falar mais ninguém, porque o Sr. Deputado não é bom exemplo. Já usou de outras palavras, relativamente a outras



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

15

peço. Acabei aqui a intervenção. Eu peço ao Sr. Presidente da Câmara que faça a sua intervenção. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Cumprimentou os presentes e disse: -----

Depois do que aqui ouvi, um pouco por parte de todas as bancadas, eu confesso que estou preocupado. Estou preocupado, porque acho que estamos a 90% do tempo, que se perdeu, não estamos a ser produtivos, estamos a perder o nosso tempo com meras questões marginais que não importam minimamente, na minha opinião, que venham a esta Assembleia Municipal. E eu, portanto, apelava à contenção, à calma, e ao bom senso. ----- Passaria então a responder às questões que aqui foram levantadas por parte dos Senhores Deputados, e começaria pela ordem de intervenção. -----

Diz o Sr. Deputado Luís Lameiras, questiona-me relativamente à empreitada de requalificação da Escola de S. Mamede, para a instalação das Portas de Entrada. Quero dizer que está contratualizada com o empreiteiro e, tanto quanto é do meu conhecimento, ele já iniciou a obra. Já iniciou a obra. Iniciou, com a montagem do estaleiro no local. Portanto, a partir de agora, está nas mãos do empreiteiro. Sr. Deputado Luís Lameiras, falou aqui em festas e romarias, foi essa a sua questão, tentando assim caracterizar aquilo que tem sido a atividade do Executivo. Mas depois acabou por nos convidar para uma festa lá na sua terra. Acho que é uma forma muito depreciativa e extremamente injusta de classificar ou de qualificar aquilo que foi a atividade deste Executivo, ao longo do tempo do mandato corrente. -----

Relativamente às questões ou preocupações aqui levantadas pelo Sr. Deputado Toni Afonso, que tem a ver com as queimas e queimadas e trabalhos, e a preocupação que isto dá e os recursos que usou. É verdade, é verdade sim senhor, mas quero aqui informar que a partir do próximo dia útil, já de amanhã, portanto, aquelas Juntas de Freguesia que ainda não têm os recursos humanos por mim prometidos, tê-los-ão já a partir de amanhã. Portanto, o Município, antevendo inclusive este tipo de situações, ao contratualizar um recurso humano para cada Junta de Freguesia, e foi isso que aqui faltou dizer, que os Srs. Deputados não são ascetas, peço desculpa dizê-lo desta forma, mas não estão a ser completamente sérios. Estão a fazer uma bola de neve, uma tempestade num copo de água, porque grande parte daqueles recursos humanos, daqueles colaboradores contratados para o nosso quadro, cerca de quarenta como já aqui foi dito, catorze, e repito catorze, são para as Juntas de Freguesia. -----

Sr. Deputado António Rocha, as lixeiras. Tem razão, infelizmente, é verdade. Mas falou aqui numa lixeira em concreto, que é aqui em cima no Vilarelho. Eu quero-lhe dizer que estamos, neste momento, num ajuste certificado com um prestador de serviços para remoção de todo aquele entulho e lixo que ali é depositado e a sua condução a um centro de triagem e de reciclagem. Que é para iniciar já de imediato. Quero-lhe dizer que o SEPNA tem visitado, com frequência, aquela lixeira e já foram a seguir identificadas e notificadas sete pessoas que ali depositaram de forma clandestina, ilegal, os lixos. -----

A estrada de S. Mamede – Castedo, efetivamente as bermas ainda não estão limpas, o material vegetal ainda não foi cortado e removido. Temos até 15 de março para o fazer,



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

16

como sabe, neste momento estamos a proceder à limpeza dos matos em volta do nosso parque industrial porque, enfim, temos até 15 de março para o fazer, e, portanto, era prioritário. A seguir dedicar-se-ão à limpeza deste caminho, que é um caminho rural como sabe, embora seja usado como estrada, mas é um caminho rural, como sabe disso. -----

Relativamente ao saneamento da Rua do Areal, eu quero fazê-lo este ano. Quero fazê-lo este ano em 2019. O projeto está concluído. Ainda não foi possível avançar para a contratualização. -----

Relativamente à questão levantada aqui pelo Sr. Deputado Cláudio Vilela, tem a ver com a representação do Município na Feira de Turismo e Alimentar, em Espanha, em Ourense – o *Xantar*. Efetivamente, pecou-se aqui por ter dado, se calhar, demasiado destaque a um dos produtores ali representados, lá presente. Isto já foi explicado em reunião de Câmara, teve a ver com o facto de o fotógrafo da Câmara Municipal ter estado lá naquele dia, portanto, naquele dia era aquele produtor que estava em exposição. Mas estiveram outros, esteve a Quinta do Jalloto, por exemplo, esteve a Adega de Favaios. -----

Sr. Deputado Alípio, relativamente às questões que coloca, que têm a ver com a falta de iluminação pública, é uma questão difícil, muito difícil de gerir, efetivamente. Elas são invariavelmente e insistentemente participadas à EDP. É pena que, quando a EDP desloca os técnicos, os piquetes, ou o empreiteiro que contratualizou para o efeito para reparação dessas avarias, não o faça de acordo, ou seja, não tome todas as participações que lá tem, por parte do nosso Município e procedam à reparação na sua globalidade, mas venham caso a caso. Casos em que, ou melhor, situações em que se deslocam ao Município para reparar uma ou duas lâmpadas, quando há efetivamente dezenas delas na mesma situação. Nós tivemos, na semana passada, aqui reunião com o diretor regional da EDP exatamente para os alertar também para esta situação. Acho que têm que ser mais efetivos com as participações relacionadas com avarias de iluminação pública no Município de Alijó. -----

Eu vou deixar a Sr.^a Deputada Jesus para o fim, e já veremos porquê. -----

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Pedro Espírito Santo e ao ataque que me aqui fez, eu de facto estranho como é que tem essa informação errada, diga-se de passagem. Afinal de contas, as paredes dos Conselhos Intermunicipais da CIM têm ouvidos. Pelos vistos, mas os ouvidos são olhos. Eu quero-lhe dizer o que já dizia o povo há séculos: quem muito fala, pouco acerta. Olhe para si. Muito obrigado. -----

Relativamente ao Pinhão, mais uma vez o Pinhão, como já disse aqui que não falaria mais no Pinhão enquanto não tivesse novidades, mas efetivamente, o Sr. Presidente da Junta de Vila Chã trouxe a questão. Trouxe outra, trouxe a questão do cheque dentista, não sei o que disse, não foi esse o projeto que nós abraçámos. Se me falar que é a cadeira dentista, eu acredito, e percebo o que é, se me falar do Programa Abem, eu também sei o que é, e quero dizer que foi iniciativa nossa, não foi do Governo. -----

É para que saiba, é para que saiba, pronto. A cadeira dentista é suportada com verbas do Município e não é do Governo, nem é do Estado Central. Todas, para que saiba, e para que fique em ata, claro. E quero-lhe dizer também outra coisa, Sr. Deputado. Falou aqui no rol



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

17

enorme de obras emblemáticas da governação socialista, deste Município. Efetivamente, fez-se obra. Mas eu desafio-o a consultar uma “listagenzinha” que está aí, na minha exposição, para esta reunião onde consta efetivamente uma série de ações que estão em contencioso e veja o valor que lá está. São 5,3 milhões que estão em contencioso, sendo que um milhão e seiscentos e dez mil, ou melhor, seiscentos e onze mil, no muito curto prazo, é vencido, porque o Município já foi efetivamente condenado. Desafio também, se não conhece, a procurar conhecer a composição dos nossos empréstimos bancários, e veja que todas essas obras que referiu e mais algumas ainda estão a ser pagas. Muito obrigado.

Sr.^a. Deputada Maria de Jesus, efetivamente, começaria por lhe dizer o seguinte: há um documento, avançou-se, autorizou-se o empreendimento da Reserva de Foz Tua, e associado a esse empreendimento há uma série de medidas compensatórias aos habitantes. Uma dessas medidas é precisamente o Plano de Mobilidade. É uma das exigências compensatórias impostas por um documento que se chama Guia de Declaração de Impacte Ambiental. Acontece que esse Guia deu origem a um aviso, da competência do Ministério do Ordenamento do Território, para que fosse elaborado um Plano de Ordenamento da Bacia do Foz Tua. Plano esse que depois mais tarde passou a Programa. E passou a Programa por determinação superior, governamental. E porque é que passou a Programa específico? Porque a barragem foi reclassificada, a massa de água, como potencial reserva de água para consumo humano. Isso traz exigências acrescidas. Algumas das situações que referiu, os constrangimentos são efetivamente verdade, ou melhor, eram efetivamente verdade. Quando fomos confrontados, se a memória não me falha, a oito de dezembro, com uma versão preliminar da proposta de Plano, soaram todas as campanhas. Eu acionei de imediato todos os mecanismos para que este Plano fosse contestado, de alto a baixo, porque ele era, e foi classificado por nós todos diretores da Agência, como o Plano do “não”. Ou seja, nada, rigorosamente nada, era permitido naquela bacia. Mas quero-lhe dizer que, depois de muita discussão, de muitas reuniões no seio da Agência com todos os Presidentes de Câmara, a EDP, os técnicos do ordenamento de todos os municípios, procurou-se uma estratégia que em coordenada concertação desse Plano, e não lhe vou dizer que todas as situações prejudiciais para o território, ou todos os impedimentos ao desenvolvimento desse Plano, que o Plano provocava, foram ultrapassados. Desde logo questões urbanísticas, que punham em causa a estação balnear de Carlão. Efetivamente, essa proposta veiculava constrangimentos muito sérios. Todos eles, rigorosamente todos, foram levantados ao nível, designadamente, de futuras operações urbanísticas que venham a ser ali implementadas. O mesmo relativamente às Caldas de S. Mamede. -----
Falou aqui nos produtos agroquímicos. É verdade que a primeira proposta de Plano, forçava, não impunha, mas forçava, recomendava a utilização de agroquímicos numa faixa de proteção agrária, que não é de 500 metros. Neste momento, passou para cinquenta, apenas. Foi uma vitória nossa também e esse impedimento deixou de existir. E o que se conseguiu foi que a APA adotasse, como medida cautelar, aquilo que hoje é aceite pelo Ministério da Agricultura em todas as medidas ambientais, que se chama Manual de Boas Práticas Agrícolas. Ou seja, todos os agroquímicos, os adubos, pesticidas, herbicidas que



hoje se aplicam, que são permitidos em agricultura, também ali serão permitidos. Porque o Plano remeterá, ou melhor, o Regulamento remeterá diretamente para o Manual de Boas Práticas Agrícolas. -----

Relativamente ao trânsito de barcos no espelho de água, designadamente entre a escombreira ou paredão da barragem e a Brunheda, troço navegável do rio. Efetivamente, o Plano aí também era extremamente restrito, extremamente restrito. Mas conseguiu-se, efetivamente, que se abrisse uma exceção exclusiva para barcos com motor a combustão, que é o operador turístico que lá vai operar, que tem exclusividade porque a ganhou em concurso. Mas todas as fluvinas, designadamente duas no nosso Concelho, uma na Sobreira e outra na Brunheda, será permitido o acesso e aportagem de outras embarcações, pequenas embarcações, com motor elétrico, caiaques a remo, a vela, valerão. Mas foi uma vitória, porque efetivamente a única circulação que poderia haver no troço navegável do Rio Tua seria efetivamente o barco do operador que tem a exclusividade, não só comercial do espelho de água, mas também de transporte quotidiano de pessoas, também está obrigado a isso. Portanto, aquilo que era inicialmente um Plano "não", que castrava de forma muito séria as possibilidades de desenvolvimento social e económico do território, foram ultrapassadas e eu estou convencido que a proposta final, que ainda não nos foi remetida, é francamente aceitável. Será posta, efetivamente, à discussão pública, não lhe posso dizer quando, mas julgo que será brevemente. E aí todos nós teremos oportunidade de nos pronunciar sobre as propostas que ali estão vertidas. Quero-lhe dizer também, que fomos, especificamente o Sr. Diretor do Parque e eu próprio, a Lisboa, ao gabinete da Sr.^a Secretária de Estado, com quem tivemos uma conversa muito franca, muito extensa, sobre toda esta problemática. Porque ainda persistem algumas dúvidas, trouxemos de lá a garantia de que elas seriam ultrapassadas e resolvidas. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Muito obrigada Sr. Presidente. -----

Vamos intervir na questão do Deputado Alexandre Alves, que consiste, no âmbito da CPCJ, na introdução de um ponto adicional à ordem do dia. Este pedido que foi formulado, está sujeito a uma aprovação, à aceitação do Plenário, ao abrigo do nº 2 do art.º 39 do nosso Regimento, e terá que ser votado por dois terços dos membros da Assembleia Municipal. E, portanto, eu colocaria esta questão ao Plenário. -----

Pedia ao Deputado Alexandre que expusesse, o porquê do seu pedido e que faça novamente a introdução do porquê deste pedido. E a partir daí votamos, e faremos o intervalo depois. -----

DEPUTADO ALEXANDRE ALVES (PPD/PSD.CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente. O pedido é, simplesmente, para apresentar um voto de protesto contra a Presidente da CPCJ de Alijó. Eu pedi para incluir um ponto a seguir ao ponto onze, simplesmente pelo facto de, no ponto onze, dado estar destinado à questão da CPCJ, poderei explicar melhor os motivos que estiveram associados à minha demissão. E depois, poderei até no ponto doze, e aí os Senhores Deputados serão mais bem informados, poderei apresentar este voto de protesto e obviamente pôr à votação de toda a Assembleia. É só isso. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

19

PRESIDENTE DA MESA: Portanto, eu acho que o esclarecimento está dado. Os Senhores sabem o porquê, a situação da demissão dos quatro elementos da Assembleia. Portanto, ele tem todo o direito, neste caso, a pedir e a fazer um voto de protesto. Este ponto só pode ser votado se for introduzido com autorização do Plenário da Assembleia Municipal. É isto que eu estou a fazer. De acordo com o nº 2 do art.º 39, terá que ser votado e aprovado por dois terços, não sei se isso vai acontecer. Queria colocar à votação a introdução deste 12º ponto. Acho que estão todos integrados, acho que estamos todos sintonizados, que este voto de protesto é no âmbito da demissão e contra a atuação da Presidente da CPCJ, ponto final. -----

Coloca a votação a inclusão do Ponto 12 na Ordem de Trabalhos, tendo obtido 9 votos contra, 19 a favor e 6 abstenções. -----

Esclarecidas as situações de cálculos matemáticos, está aprovada a introdução deste ponto. Interrompeu os trabalhos para realização de um intervalo. -----

-----INTERVALO-----

PRESIDENTE DA MESA: Retoma os trabalhos. Quanto à questão da inclusão do 12º ponto, que aqui estivemos a levantar e votar, surgiram dúvidas técnicas, jurídicas, e mais que a teimosia de manter uma ideia, é preferível o bom senso de retomar a situação. Portanto, vamos retirar esta moção de censura, que será integrada no ponto 11, que é no âmbito da CPCJ. -----

Entretanto, dava uns minutos aqui aos Grupos Municipais para integrarem esta nova situação e prosseguirmos logo a seguir. Dois, três minutos para falarem entre os Grupos Municipais e para retomarmos o trabalho. -----

PRESIDENTE DA MESA: Vamos então continuar. Isto é a democracia a funcionar mesmo em pleno. Com todas as dúvidas e consensos, neste caso. A conferência de líderes chegou a uma conclusão: retirar aquele ponto 12 de que já se tinha falado, que se enquadraria numa moção de censura, a apresentar pelo Deputado que a provocou, e vai provocar. Seria submetida a votação, neste caso, a escrutínio secreto, de acordo com a alínea b) do art.º 55, já que esta deliberação envolve comportamentos ou qualidades da pessoa em causa. Por esta razão, terá que ser votado em escrutínio secreto. -----

Eu solicitava então ao Deputado Alexandre que apresentasse a moção, antes de acabar o período de antes da ordem do dia. -----

O Sr. Deputado Luís Lameiras pede a palavra. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Obrigado, Sr. Presidente. Eu não estou a ver onde é que o Sr. Presidente vê esta questão, onde é que enquadra de acordo com aquilo que diz o Regimento. Vamos lá ver uma coisa: se, efetivamente, vai ter que haver uma votação por escrutínio secreto, não é? É isso que vai ter que acontecer. Não estou a ver onde é que enquadra isto. Para que, efetivamente, esta questão seja levada por diante e para que depois as pessoas possam votar esta moção de forma secreta, a Assembleia Municipal terá que decidir nesse sentido por dois terços dos membros da Assembleia Municipal. Será exatamente a mesma questão que há pouco se colocou: a introdução de um outro ponto.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Declumbrante Património Natural

20

Portanto, a questão é exatamente a mesma. Como é que os deputados desta Assembleia Municipal vão votar uma matéria para a qual não existem dois terços? Não estou a perceber. Explique-me, Sr. Presidente, onde é que fundamenta esta situação. -----

PRESIDENTE DA MESA: No artigo 38, no período de antes da ordem do dia, na alínea d) do ponto 1, diz: o período de antes da ordem do dia é destinado, entre outras coisas, à apresentação de recomendações, pareceres ou moções sobre assuntos de interesse para o Município, que sejam apresentados por Deputado Municipal. Todas as moções são votadas. Eu quando interrompi a sessão e convoquei os líderes das bancadas, foi para chegarmos a um consenso. -----

Mas já houve votações de moções, já houve, no período de antes da ordem do dia. E votaram logo. Se esta dúvida se mantivesse, eu não teria continuado. Eu parei várias vezes, reuni várias vezes, para que houvesse consenso. E continuo a não ter consenso. Quando eu queria era consenso, ponto final. -----

DEPUTADO LUÍS PEREIRA (BE): Muito boa tarde a todos, Senhoras e Senhores. Tenho para mim que esta Assembleia lida muito mal com as moções. Porque, quando o Bloco de Esquerda apresentou pela primeira vez moções, até me pareceu que esta Assembleia nunca tinha votado moções. Na verdade, as moções podem e devem ser apresentadas por qualquer deputado e até devem ter o “efeito surpresa”, para atingir os fins que se pretendem. Portanto, eu acho que isto pode ser dirimido em termos jurídicos, mas eu acho que é possível votar uma moção antes da ordem do dia. Se ainda para mais houve um consenso por parte de todos os líderes, numa reunião que fizemos ali atrás da porta, não é? Decidiu-se fazer isso, portanto a Assembleia assume essa responsabilidade, na minha ótica. Em termos jurídicos, não sei como é que isto depois pode ser resolvido. Eu acho que a moção deve ser votada. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Sr. Presidente, como eu estava há pouco, o nosso entendimento é que as deliberações devem ser feitas no período da ordem do dia, e devem ser criados pontos específicos para o assunto, que carecem de uma maioria qualificada de dois terços. Eu introduzo aqui a base para isto, que é o artigo 50 da Lei Geral das Autarquias Locais, que diz assim: objeto das deliberações – só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da sessão ou reunião. E depois diz no ponto dois: tratando-se de sessão ordinária de órgão deliberativo, que é o caso, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia. -----

PRESIDENTE DA MESA: Eu estou a invocar o Regimento, não preciso de mais ninguém a ir buscá-lo. Eu estou a invocar o Regimento também. -----

Convoco novamente os líderes aqui outra vez, a ver se nos entendemos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Bom, depois de todas as conversas entre os líderes, o consenso não foi ainda possível. Portanto, a Mesa tomou a decisão de convidar o Deputado a apresentar a moção e propô-la à votação. Convido o Alexandre a fazer a leitura da sua moção. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

21

DEPUTADO ALEXANDRE ALVES (PPD/PSD.CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente. Vim então apresentar a moção de censura contra a atuação da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó. -----

Considerando as renúncias apresentadas por todos os membros eleitos pela Assembleia Municipal para a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó, em discórdia com a posição adotada pela Presidente da CPCJ de Alijó. -----

Considerando as recorrentes dificuldades e problemas relatados pelos comissários demissionários da CPCJ, que demonstram os entraves criados pela Presidente da CPCJ de Alijó, ao trabalho destes membros. -----

Considerando a atitude de desrespeito que a Presidente da CPCJ de Alijó adotou perante a Comissão, ao remeter um ofício com o relatório de atividades de 2017 ao Presidente da Assembleia Municipal de Alijó contendo informações falsas, erradas, num tom e linguagem manifestamente desadequados, em termos de relações interinstitucionais. -----

Considerando, que aquele ofício e as considerações nele contidas não foram objeto de discussão, aprovação ou sequer conhecimento prévio por parte da comissão, tendo sido remetido ao arrepio da CPCJ, em manifesto desrespeito institucional pelos membros que a integram. -----

Considerando, que a imagem que a CPCJ tem projetado para a comunidade, mercê das linhas de atuação, conferidas pela atuação da sua Presidente, denota um clima de conflituosidade acentuado, em que a proteção de crianças e jovens do Concelho assume um papel claramente secundário. -----

Considerando, que a atuação da CPCJ deve denunciar-se, nos termos da lei, pela prossecução do superior interesse das crianças e jovens e que a atuação que a Presidente da CPCJ tem imprimido a esta Entidade, revelada nos pontos anteriores, não se afigura consentânea com aquele desiderato. -----

Considerando, e por último, que constitui preocupação permanente desta Assembleia Municipal assegurar ou regular o funcionamento das instituições cuja intervenção se projete na área de atuação do Concelho, apresentamos aqui, nesta Assembleia Municipal, uma moção de censura contra a atuação da atual Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Alijó, a qual deverá ser remetida, para os efeitos tidos por convenientes, à Comissão Nacional de Proteção de Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Peço aos Senhores Deputados que queiram intervir no âmbito desta moção, que o façam antes de a submetermos à aprovação. -----

Inscreveram-se os Srs. Deputados Luís Lameiras, António Fernandes, Aurelina Pereira, Alexandre Alves, Estela Maria de Jesus Teixeira, Cláudio Vilela, Luís Filipe Pinto, e Márcio Ribeiro. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras.* -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Perante todas estas circunstâncias, a questão da moção, da demissão dos quatro membros da Assembleia Municipal da CPCJ e que pertencem todos à Coligação PSD-CDS, eu não tenho dúvidas



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

22

nenhumas de que, de facto, isto é uma questão política, pura e dura. Há aqui qualquer coisa que não bate certo. -----

Depois, há aqui algumas questões que eu gostava de colocar aos membros da Assembleia Municipal que são agora demissionários. Esta questão da moção de censura relativamente à atuação da Presidente da CPCJ não poderia ser resolvida no âmbito, no interior da Comissão da CPCJ? Eu julgo que deve haver mecanismos para o efeito. Depois, nós só temos conhecimento daquilo que o Sr. Deputado Alexandre, Alexandre não me recorda agora o outro nome, nos diz. Nós desconhecemos aquilo que é o entendimento da Sr.ª Presidente da CPCJ, e de todos os restantes membros. E colocava aqui a questão também. No total, quantos membros é que fazem parte da CPCJ? Só se demitiram os quatro membros do PSD? E os outros? Nós gostávamos de saber isso tudo, que era para ficarmos esclarecidos. Não é trazer para aqui, apenas e só, a versão do Sr. Deputado Alexandre, também dos outros. Há aqui qualquer coisa muito dúbia relativamente à demissão. -----

Portanto, isto é uma questão política pura e dura. E depois há outra coisa. Aquando da eleição dos membros da Assembleia Municipal para fazerem parte da CPCJ, quebrou-se aqui uma regra, que era: antes havia elementos da Assembleia Municipal dos diversos partidos que faziam parte. Desta vez não. Quiseram tomar o poder só eles, Coligação PSD. Portanto, há aqui uma série de questões que precisavam de ser esclarecidas. Porque não estão a ser esclarecidas. Nós só estamos a ouvir e a conhecer a versão do PSD-CDS. Ponto final. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes.* -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Sr. Presidente, e toda esta Assembleia, eu lamento, mas é que lamento profundamente, que a CPCJ seja politizada desta forma. É inconcebível, e eu começo a ter vergonha de determinadas atitudes que se passam aqui dentro. E eu vou explicar. Já aqui foi dito pelo Sr. Deputado que me antecedeu que era prática, nos tempos passados que os senhores tanto criticam, a CPCJ não ser politizada desta forma. Por isso é que os senhores não quiseram lá ninguém do PS, nem doutros partidos. Por isso aí está o resultado. Isto, o resultado de uma comissão, saída desta Assembleia, unicolor, deu neste resultado. Os senhores têm que ter em conta, não lhes estou a ensinar nada, nem quero, nem tenho essa pretensão. Mas os senhores têm que ter uma atitude mais proactiva, mais democrática, e não uma atitude que não seja tão persecutória como foi esta, porque nós temos que ter em conta, podemos ter os nossos desentendimentos políticos, podemos sim senhor, não concordarmos politicamente, mas o respeito pelas pessoas tem que existir. Eu, por exemplo, não concordo quase em nada com o Sr. Presidente da Câmara, mas eu respeito o Sr. Presidente da Câmara e ele também me respeita a mim. Quando se trata de votar sobre pessoas, temos de ter muito cuidado, muito cuidado, e temos que levantar sempre bem alto a bandeira da democracia, que é para isso que aqui estamos. Já vou concluir, Sr. Presidente. Que é para isso que aqui estamos e é assim que é chamada esta casa, a casa da democracia. Não pode ser só de palavra, não pode ser de palavra morta. Temos que realmente agir em conformidade com a democracia.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

23

Aí têm o espelho, por terem sido teimosos e altruístas, no sentido de que tinha que ser só os do PSD, estão a ver? Deu neste resultado. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra à Sr.ª Deputada Aurelina Pereira.* -----

DEPUTADA AURELINA PEREIRA (PPD/PSD.CDS-PP): Uma vez mais, boa tarde. Depois de ter ouvido os testemunhos prestados pelos meus colegas de bancada, e no seguimento da carta enviada a esta Assembleia pela Sr.ª Presidente da CPCJ, em que acusa o Município de não prestar apoio administrativo e financeiro à Comissão, acusando igualmente as técnicas do Município de mau desempenho, nas funções que lhes foram atribuídas, manifesto aqui a minha repulsa pelo comportamento que a Sr.ª Presidente da CPCJ tem tomado. Pois demonstra que as atitudes por si tomadas têm como único intuito denegrir a imagem do Executivo Permanente e dos seus colaboradores, descurando a união e o bem-estar da equipa que compõe a CPCJ, levando-os à exaustão. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Alves.* -----

DEPUTADO ALEXANDRE ALVES (PPD/PSD.CDS-PP): Obrigado, Sr. Presidente. Eu pedi, outra vez, a palavra porque a moção que foi apresentada não referia aquilo que eram as minhas motivações pessoais para ter apresentado esta renúncia ao cargo. Acho que, tendo sido eleito pela Assembleia Municipal, é fundamental, é pertinente para o respeito para com todos os deputados aqui presentes, apresentar quais são os motivos que estão por detrás da minha renúncia ao cargo de comissário na CPCJ de Alijó. -----

Tal como disse também o Sr. Deputado Fernandes, é verdade que a Sr.ª Presidente da CPCJ não está aqui para se defender. É verdade que não é muito recomendado falar-se por trás das pessoas sem elas estarem para se defender. Contudo, tudo aquilo que vou dizer aqui, já vos disse, e tive a oportunidade de o dizer à Presidente da CPCJ, na altura da minha demissão. Neste momento não temos outra forma de podermos tê-la presente para se defender. A posição que eu tomei, de me demitir, de renunciar ao cargo de comissário na Comissão Alargada da CPCJ, foi tomada depois de uma profunda divergência com o rumo que a Presidente da CPCJ tem adotado na gestão da CPCJ de Alijó. Uma postura que tem sido adotada pela Presidente, que em nada favorece aquele que deveria ser o objetivo principal dessa entidade, defender e proteger o superior interesse da criança e dos jovens do Concelho de Alijó. Pelo contrário, este ano em que estive como comissário da CPCJ, vi uma Presidente que tem vindo a instrumentalizar a CPCJ de Alijó, utilizando uma entidade, ou esta entidade, como meio para atacar politicamente o Executivo da Câmara. Nem que para isso seja preciso mentir e falsificar factos. O desconforto com a posição adotada pela Presidente da CPCJ de Alijó agravou-se quando, na última reunião da Assembleia Municipal, em Novembro, os comissários eleitos democraticamente por esta Assembleia foram surpreendidos por uma carta com um conjunto de falsidades que a Presidente da CPCJ assinou em nome da Comissão, sem nunca, repito, nunca tenha sido dada a possibilidade a qualquer comissário, em momento formal, entende-se uma reunião da Comissão Alargada, de se pronunciar sobre o conteúdo da mesma carta. -----

Agora, eu questiono, algum Deputado gostaria de ver o seu nome associado a uma carta cujo conteúdo discorda completamente? Pois, eu pessoalmente, não gostei. Como também

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 28-02-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

24

não gosto, nem gostei, de ver o nome da CPCJ associado a um conjunto de iniciativas nas quais os comissários [não] foram ouvidos, nem foram deliberados em Comissão Alargada. Este tipo de atitude, é reveladora de uma atitude autoritária da Presidente: eu quero, eu posso e eu mando. O desrespeito pelos comissários, que estão a exercer o seu mandato depois de eleitos, de modo transparente e democrático. Uma atitude que apenas revela que a Presidente utiliza uma Entidade, tão importante, como a CPCJ com a missão que é fazer o seu combate político. -----

Ao longo do ano de mandato da CPCJ de Alijó, tive sempre uma atitude de colaboração com esta Entidade. Particpei em todas as iniciativas promovidas pela CPCJ de Alijó, independentemente de qual o comissário designado para a organizar. E isto é importante, pois na minha opinião foi inadmissível, por exemplo, que a Presidente da CPCJ tivesse faltado a uma iniciativa contra o abuso e a violência infantil realizada a nível nacional, e que no nosso concelho foi também organizada pela Sr.^a Vereadora Mafalda, representante do Município na CPCJ, e pela Comissária eleita por esta Assembleia Municipal, a Deputada Eliana. Colaborei sempre com a CPCJ no sentido de ajudar a colmatar algumas falhas que foram detetadas, entre elas, a falta de elementos na Comissão Restrita da CPCJ. E a este nível, o desconforto vivenciado tornou-se insustentável, dada a atitude adotada pela Presidente para prejudicar os elementos desta Comissão. Não entrando em pormenores, porque respeito muito o princípio da confidencialidade daquela entidade, houve constantemente uma atitude autoritária, dificultando, desacreditando, desprestigiando e desvalorizando as opiniões dos técnicos e comissários relativamente à gestão de casos. O caso fica ainda mais agravado quando houve intromissões e interferências nos casos, dos quais a Sr.^a Presidente não era gestora, prejudicando qualquer intervenção ou avaliação que esteja a ser desenvolvida. -----

Junto a isto, existe todo um conjunto de situações que em nada honram a importante Entidade que é a CPCJ. Que passo a enumerar: -----

Primeiro, a falta de transparência de como tem sido gerida a CPCJ. Por exemplo, nunca foi facultada aos comissários, ainda que várias vezes pedido, a ata da reunião de eleição da Presidente, levantando a dúvida como esse processo decorreu, assim como ao modo como algumas decisões são tomadas, sem consulta de todos os membros da Comissão. Segundo, o funcionamento da CPCJ. As reuniões eram convocadas sem o tempo pré-definido na lei, muitas vezes dia e meio e, espantem-se! Durante a madrugada, quando a reunião se realizava às dez da manhã, do dia seguinte. -----

Terceiro, o atraso no envio da documentação. Relembro que o chamado relatório, que de relato não tinha nada, foi só enviado à Assembleia Municipal em novembro do ano passado, quando a lei diz que tem de ser até ao dia 31 de janeiro. O Plano de Atividades do ano anterior, que segundo a lei tem que ser entregue na Assembleia Municipal até dia 31 de Janeiro, nunca deu entrada, e segundo a lei, também tem que ser entregue. E este ano, o relatório só deu entrada esta semana, o que também já vem tarde. -----

Por todos estes motivos referidos, perdi a confiança total na Presidente da CPCJ, na forma como ela dirige esta importante Entidade. Tendo, por este motivo, pedido a minha renúncia

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 28-02-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

25

de mandato. Devido à desvalorização da minha opinião, enquanto comissário, e pelo facto de até agora terem sido inúteis todas as intervenções e acções realizadas em Comissão Alargada, no sentido de melhorar o funcionamento desta Instituição, considereei que com a minha renúncia poderia alertar de modo mais eficaz para o modo como a Presidente tem gerido esta Entidade. Peço desculpa por me ter alargado um bocado no tempo, Sr. Presidente, mas considero que é uma explicação importante a dar a esta Assembleia. Obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra à Sr.ª Deputada Estela Maria de Jesus Teixeira.* -----

DEPUTADA ESTELA MARIA DE JESUS TEIXEIRA (PS): Cumprimentou os presentes e disse: -----

Não estive na reunião em que este assunto da CPCJ causou aqui algum desacordo, mas trabalho na Acção Social e, de facto, há algumas coisas que eu gostaria aqui de dizer, mas acho que estamos aqui a misturar coisas que não são de misturar. A CPCJ tem, efetivamente, como missão primeira e única, e principal, que é proteger a criança e o jovem em risco, e promover de todas as formas o seu desenvolvimento. E é triste que tenhamos chegado aqui. Se, a ser verdade tudo o que ouvimos; por um lado, a ser verdade o que diz a Sr.ª Presidente da CPCJ na carta, e a ser verdade o que diz o comissário que se demitiu, a haver verdades em ambos os lados, então nós temos aqui é que estão todos errados. Porque nenhum deles está a defender o superior interesse da criança. Nós temos aqui uma Presidente da CPCJ que se conseguiu reeleger, ninguém percebeu muito bem como, é facto. Mas o que é certo é que ela foi eleita. E se há irregularidades nessa eleição, a mim parece-me que as pessoas que tomaram posse deveriam comunicá-las à Comissão Nacional. Porque a CPCJ de Alijó, tal como outras CPCJ's concelhias, tem um órgão que as tutela, que não é a Assembleia Municipal. Nós não estamos a tutelar uma CPCJ. Existe uma Comissão Nacional, e eu não sei se foram feitos todos os esforços junto da Comissão Nacional para denunciar aquilo que são as irregularidades que eu ouvi aqui, e que não ponho em causa de maneira nenhuma, mas quero dizer, mas eu acho é que esta Assembleia Municipal não tem por que tutelar este órgão. Está errado! -----

O que é certo é, que houve aqui, e eu acho que houve aqui outro erro paralelo, que se prende com o facto de, desde sempre, sempre houve nomeação de comissários porque a CPCJ era um órgão que estava acima da política, dos interesses políticos, das campanhas eleitorais, dos votos, das compras e vendas que tanto se fala nas campanhas. A CPCJ estava acima disso. Era intocável sob esse ponto de vista. E sob esse ponto de vista sempre foi respeitado o método de Hondt, naquilo que é a representatividade dos partidos na Assembleia Municipal. Isto foi inédito aqui também, porque não o respeitaram. Não o respeitaram, e agora não se entendem, entendam-se. Não queiram é trazer algo que tem aqui um conflito, se quiserem, pessoal, político, para uma Assembleia Municipal. Estamos aqui todos a perder tempo. Eu não ponho em causa a verdade de nenhuma declaração, nem as da Sr.ª Presidente, nem estas. Eu conheço os técnicos da Acção Social da Autarquia e sei que fazem um bom trabalho, não tenho dúvidas nenhuma disso. E jamais o poria em



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

26

causa. Agora nós, o que estamos aqui a fazer, na minha opinião está errado, e sinceramente eu vou-me retirar. Porque eu, neste ponto, nesta votação, eu vou-me retirar. Porque não é correto nós estarmos aqui a tentar tutelar um órgão, uma entidade que não está sob a nossa tutela. Boa tarde. -----

A Sr.^a Deputada ausenta-se da sala. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela.* -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Perante o que os meus colegas já afirmaram aqui nesta Assembleia Municipal sobre o assunto em causa, esta moção apresentada pelo Deputado Alexandre Alves, não necessitava de acrescentar mais nada. Mas, no entanto, vou reforçar apenas aqui duas ou três notas, porque já foi tudo bem esclarecido e bem explicado. -----

Eu queria dizer o seguinte: a CPCJ é demasiado importante para ser politizada. Nunca foi, nem é propósito desta bancada politizar tão importante instituição. É bem claro que, desde o início deste mandato, a bancada do PSD-CDS não permitiu integrar elementos da nossa bancada, como vinha sendo hábito desde o início da criação da mesma. Não podemos aceitar que divergências políticas entre a Presidente e o PSD e os elementos do PSD-CDS condicionem o bom funcionamento da mesma. Repito: a Sr.^a Presidente não é do PS, e os elementos que estão na CPCJ eleitos pela Assembleia Municipal, também não são do PS. Nós não tivemos qualquer interferência neste assunto. Esta moção só reflete a vontade do Deputado Alexandre Alves, do PSD-CDS. Nós, além daquilo que o Deputado diz na sua moção, só temos conhecimento de uma carta enviada a esta Assembleia Municipal pela Sr.^a Presidente da CPCJ, que indica todas aquelas fragilidades. Portanto, nesta Assembleia Municipal, acho que devia ser dada a oportunidade da Sr.^a Presidente da CPCJ expor também a sua opinião e o que é que se está a passar na mesma. Porque, no fundo, estamos a falar nas costas da Sr.^a, e a Sr.^a não tem oportunidade de se defender ou validar todas aquelas informações que nos deu na carta. Atenção, eu lembro o seguinte: aquela carta vem timbrada e vem assinada. Não é um documento anónimo. Vem timbrada pela CPCJ de Alijó. -----

No fundo, como eu estava a dizer, estão a falar sem a oportunidade do contraditório sobre as declarações que estão a exercer nesta moção. Esse é um problema que nos é alheio, também não estamos a ouvir os motivos de demissão dos outros três comissários. Apenas ouvimos, até ao momento, não sei se o vão fazer a seguir, a versão do Sr. Deputado Alexandre Alves. E digo mais: porque é que o Sr. Deputado Alexandre Alves, que já está há um ano e alguns meses na CPCJ, não disse aquilo que disse hoje, e apontou todos aqueles motivos, antes. Só o apontou à *posteriori* daquela carta e da sua demissão. Então, se já havia fragilidades, podia-se ter alertado antes, e não a nós, claro, porque a Assembleia Municipal não tutela, apenas elege cidadãos eleitores para a mesma. Não tutela a CPCJ. Queria dizer também o seguinte: e os outros elementos que compõem a CPCJ? Que são cerca de vinte, de várias instituições: IPDJ, Segurança Social, Centro de Saúde, Escola, etc.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

27

motivo. O que é que se passa? E mantêm-se em funções, pelo que sei, a CPCJ continua a funcionar. -----

Bem, por todos estes motivos apresentados, também por aquilo que eu disse ao Sr. Presidente, é nosso entendimento que esta moção não deveria ser motivo de deliberação no período de antes da ordem do dia. Tinha que ser introduzido um ponto, e já vimos que não foi possível, porque não conseguiram uma maioria qualificada. Tinha que ser introduzido um ponto. Nós não vamos contribuir para este atropelo à democracia. E por quererem enlamear na praça pública uma pessoa que, até ao momento, não temos conhecimento de nada, só versões que não foram contraditas pela própria, aqui na Assembleia Municipal, não vamos permitir isso e não vamos compactuar com este tipo de votação. Porque é isto que está a acontecer. Portanto, Sr. Presidente, com todo o respeito por esta Assembleia, com todo o respeito pela CPCJ e pelo superior interesse das crianças do concelho de Alijó, a bancada do PS vai abandonar esta Assembleia em sinal de protesto no momento da votação. Muito obrigado. -----

DEPUTADO LUÍS FILIPE PINTO (PPD/PSD.CDS-PP): Muito boa tarde a todos. Eu quando me demiti aleguei motivos pessoais e profissionais. Por tudo o que o Deputado e comissário Alexandre Alves disse, estou solidário com ele, por ser verdade. A forma como a Sr.^a Presidente respondeu ao *mail* da demissão do Sr. Alexandre Alves foi feita à revelia de todos os comissários. Sempre participei, tentei dar o meu melhor, levando até iniciativas para a minha aldeia. Por isso, e reforço este momento, estou solidário com tudo que o Comissário Alexandre Alves disse. -----

DEPUTADA ELIANA CARDOSO (PPD/PSD.CDS-PP): Cumprimentou os presentes e disse: Eu penso que não há muito mais a dizer acerca das razões. Concordo inteiramente, na íntegra, com aquilo que o meu colega de bancada e meu colega enquanto membro e comissária da Comissão Alargada da CPCJ de Alijó. Todos os motivos aqui elencados porque eles são verdadeiros. Todas as pessoas que faziam parte da Comissão Alargada, neste caso nós, os quatro elementos que foram nomeados pela Assembleia Municipal, concordam na íntegra. Isto porque, a minha colega deputada Estela, que neste momento não está aqui, disse muito bem, que esta Assembleia Municipal não tutela a CPCJ. Mas o que está aqui em causa não é a tutela. Nós estamos a dar conhecimento ao órgão que nos elegeu, e eu penso que se foi o órgão que me elegeu, eu tenho que dar conhecimento a este órgão, do porquê da minha demissão. É este órgão que tem que saber, e posteriormente de este órgão saber, tem que ser informada, como o meu colega disse, que após a votação desta moção, vai ser dado conhecimento à Comissão Nacional. Isto porque, nas várias reuniões da Comissão Alargada, foi trazido à conversa e à discussão, pela Vereadora Mafalda, a questão da idoneidade e da forma como a Presidente da CPCJ foi eleita para aquela Comissão, e nunca nos foi facultada a ata. -----

Nós, os quatro elementos, nunca tivemos acesso a essa ata. Por isso, era-nos impossível chegar à Comissão Nacional, enviar um *e-mail* ou outra forma qualquer, sem provas. Nós precisamos de ter as provas. Não podemos enviar um *e-mail* só porque sim. Como foi difícil esse trabalho, a existência das atas, nem às atas tivemos acesso. Havia reuniões em que

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 28-02-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declumbrante Património Natural

28

queríamos votar as atas, mas começava-se a ler as atas e a Sr.^a Presidente dizia que as atas não estavam de acordo, e adiava-se para a reunião seguinte, e na reunião seguinte adiava-se para a reunião seguinte, e não há atas. Ou seja, tudo aquilo que foi dito, se calhar os Senhores Deputados da bancada da oposição não têm acesso, e nunca terão acesso, porque nem nós temos acesso. -----

E, o que é mais espantoso é que a carta que foi trazida aqui à Assembleia, eu não tive conhecimento, nem eu nem os meus colegas. E isso é inconcebível. Foi feita uma carta que, como o Sr. Deputado Cláudio disse, veio timbrada, mas veio timbrada sem o conhecimento dos elementos da CPCJ. E isso é inadmissível. Foi feita uma carta à revelia que, supostamente foi enviada com o conhecimento da Comissão Alargada, que deveria ter sido votada pela Assembleia, pela CPCJ e pela Comissão Alargada, e que não o foi. E isso sim, é que é politizar a CPCJ. Enviar uma carta à revelia dos restantes comissários, isso sim, é politizar. A minha demissão não teve a ver com politizar a CPCJ, mas uma forma de protesto e uma forma de solidariedade para com aquilo que se fez com o meu colega na Comissão Restrita, porque eu não fazia parte da Comissão Restrita, nem tinha que saber daquilo que se passa nas reuniões, mas sei aquilo que devia saber, que ele foi tratado de forma desrespeitosa, e foi posta em causa a idoneidade dele e a competência dele. -----

E o que está aqui em causa não é a tutela, o que está aqui em causa é tudo o que a Sr.^a Presidente, e tudo aquilo que estamos aqui a dizer nas costas da Sr.^a Presidente. A Sr.^a Presidente da Comissão da CPCJ tem conhecimento, foi discutido nas reuniões, só que nunca foi levado a bom porto, porque em algumas reuniões a Sr.^a Presidente não estava. Estava só a Secretária da CPCJ. E nas outras reuniões, era encostado um bocadinho, peço desculpa pelo termo, para o canto, porque ia-se discutir na próxima. E na próxima... -----

E tivemos que tomar atitudes mais radical, que foi pedir demissão, porque assim é impossível conseguir fazer um bom trabalho, e conseguir efetivamente chegar ao bem maior, que são as crianças. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro.* -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Foi aqui referido “*en passant*” por diversos dos Senhores Deputados, nomeadamente do Partido Socialista, que esta era uma questão política. Podem estranhar, mas eu concordo convosco. Esta é de facto uma questão política. Não é uma questão partidária, e é isso que nós pretendemos evitar, que ela se transforme numa questão partidária. Política é, no sentido grego do termo *polis*, aquilo que interessa ao governo da cidade, ao governo do nosso Concelho. E portanto, nós, enquanto Assembleia Municipal, temos todo o direito, aliás, o dever de nos pronunciarmos sobre todos os temas que sejam relevantes para o Concelho. -----

Quando se diz aqui que esta Assembleia não tem tutela sobre a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, é absolutamente verdade. Mas também ninguém pretende aqui exercer tutela sobre este órgão. Nós pretendemos é analisar. Analisar a atuação, no caso em concreto, de uma determinada pessoa. Não pela totalidade da pessoa enquanto tal, mas naquilo que institucionalmente resulta da sua atuação. Porque, ao nível pessoal, nada há a apontar, nem a esse nível esta Assembleia se deve, naturalmente, pronunciar. A pronúncia



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

29

que aqui fazemos é puramente institucional. Isto que fique bem explícito. Pelo menos, a análise que eu faço é puramente institucional. Analiso comportamentos naquilo que eles são revelados pela atuação da Sr.^a Presidente da CPCJ, enquanto tal. -----

Esta é uma questão relativamente à qual nós não podemos ficar em cima do muro. Aqui não há escalas de cinzento. Ou há preto, ou há branco. Ou estamos de um lado, ou estamos do outro. Ou achamos que está tudo bem com o funcionamento da CPCJ, e então aí não há censura nenhuma na atuação da respetiva Presidente, ou discordamos da atuação. E esta Assembleia Municipal tem o dever de se pronunciar, enquanto tal. Tanto mais que a própria lei, quando concede à Assembleia a faculdade de eleger quatro membros, quatro cidadãos aliás, para integrarem este órgão, não o faz de forma inocente. É porque algum papel, a Assembleia, terá relativamente àquilo que é a atuação da CPCJ. Não de tutela, é evidente, e não confundamos os conceitos, mas de, no mínimo, de acompanhamento. No mínimo de acompanhamento. E é este acompanhamento que nós aqui estamos a fazer. -----

E portanto, há duas possibilidades: ou branqueamos comportamentos, concordamos com eles, está tudo bem, entendemos que o rumo que a CPCJ está a tomar é um rumo correto e nada dizemos, dormimos todos tranquilamente; ou então temos alguma coisa a dizer, discordamos. Temos agora a oportunidade de o fazer. Não podemos é esconder-nos debaixo de determinados subterfúgios para não tomarmos posição sobre o assunto. Nós vamos tomá-la, e é aqui na Assembleia Municipal, que é o órgão por excelência onde isso deve ser discutido. É aqui que todos os assuntos se devem discutir, livre e amplamente. ----

E como tal, relativamente ao comportamento em concreto, comportamento institucional em concreto, há aqui pelo menos dois pontos que me deixam muito intranquilo. O primeiro foi a carta que foi remetida e os termos nela contidos. A linguagem ali contida é uma linguagem que não é claramente adequada à relação institucional entre dois órgãos, no caso a Assembleia e o seu Presidente, e a CPCJ e a sua Presidente. O tom era manifestamente desadequado e era intolerável, não é admissível que se utilizem determinados pretextos para se dizer o que se diz naquela carta, e da forma como se disse. Por outro lado, relativamente ao que se disse na carta, o que ali se disse na Assembleia Municipal respetiva, de análise do relatório, foi amplamente rebatido pelo Sr. Presidente da Câmara, é amplamente rebatido pelos Srs. Deputados Municipais que integraram a CPCJ na sua modalidade alargada, e, nessas perspetivas, naturalmente que isso não nos permite ficar tranquilos, de forma absolutamente nenhuma, tendo em consideração a importância que a CPCJ tem, nomeadamente relativamente às crianças e jovens em risco. E como tal, do ponto de vista puramente institucional, esta bancada vai-se associar à moção de censura apresentada pelo Deputado Alexandre Alves, pretendendo que, de futuro, alguma coisa mude. Nós queremos apenas alertar para a situação, sobretudo quem tem, eventualmente os poderes de tutela, superintendência, ou seja, qual for a figura jurídica apropriada, e é um alerta isto que nós estamos a fazer. -----

Queria deixar um último ponto, que é o seguinte: fez-se aqui referência ao facto de ter sido quebrada uma regra, que era aquela que ditava que se respeitava a proporção de forças, na Assembleia Municipal, na eleição dos quatro membros para a CPCJ. A verdade é que a



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

30

regra foi respeitada, e foi desrespeitada em dois mil e treze, quando, pela primeira vez, o Partido Socialista impôs a totalidade dos quatro membros. O Partido Socialista A, que era o partido da linha oficial, que é o de hoje; e o Partido Socialista B, que era oficioso, que na altura arrolava sob a designação de "Mais", e impuseram, da parte do Partido Socialista, os quatro membros. Tanto assim, e mais, desrespeitando a proporção de votos, houve lugares que existiam na Assembleia Municipal em que, na altura o Partido Social-Democrata tinha maioria, não maioria absoluta, mas maioria individualmente considerada em termos de partido nesta Assembleia. E, portanto, têm muita razão os membros do Partido Socialista quando dizem que essa regra de equilíbrio foi quebrada. Foi quebrada por eles. Naturalmente que, entretanto, o Partido Socialista A e o Partido Socialista B se reencontraram, como diziam os franceses, "les beaux esprits se rencontrent", e hoje, o Partido Socialista B absorveu o Partido Socialista A, e é o que temos. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação, por voto secreto, a moção de censura contra a atuação da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó, tendo sido aprovada por maioria com 18 votos a favor, 1 nulo e uma abstenção. Os Srs. Deputados, do Partido Socialista ausentaram-se da votação. -----

O Sr. Deputado António Rocha apresenta a seguinte intenção de voto: -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): Sr. Presidente, o que eu tenho a dizer é muito simples. Toda a gente que está aqui, massacrado com este tempo todo, e isso, se na altura própria tinham escolhido, pelo método de Hondt, ou mesmo se há aqui um consenso na eleição primária dos órgãos, se calhar hoje não estávamos aqui com isto tudo, com este tempo todo. Enfim, que é lamentável. Portanto, acho que correu mal desde o princípio. -----

PRESIDENTE DA MESA: Deu por terminado o período de antes da ordem do dia. Introduziu o ponto um da ordem do dia - *Exposição do Sr. Presidente da Câmara.* -----
Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Obrigado, Sr. Presidente. Eu não vou alargar-me muito neste ponto, aliás, não vou mesmo tecer qualquer comentário, porque já é do conhecimento dos Senhores Deputados, e portanto, com certeza que tiveram tempo e disponibilidade para o analisar. Portanto, disponham para qualquer comentário que possa surgir. -----

Contudo, e como o primeiro ponto desta minha exposição se refere exatamente ao Serviço Municipal de Proteção Civil, e porque no intervalo desta sessão, fui confrontado com a chegada de um aviso publicado pelo ICNF, ao abrigo do Fundo Florestal Permanente, que abre um período de candidaturas para recurso a fundos financeiros, no âmbito da gestão das queimadas e queimas, dando a possibilidade aos municípios que têm áreas incluídas da primeira e na segunda prioridades de se candidatarem a essas ajudas, sendo que na primeira prioridade, o montante máximo de financiamento é de quinze mil euros e na segunda prioridade o montante máximo por candidatura e por município é de quinhentos euros. É verdade que o Município de Alijó tem duas freguesias integradas em áreas de primeira prioridade: Vila Verde e União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga. E tem três freguesias integradas na segunda prioridade. Pasmem-se Senhores Deputados e Senhoras



Deputadas, que este aviso não contempla o Município de Alijó. Deixo isto à vossa consideração. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre período de inscrições e passa a palavra ao Sr. Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): É preocupante, é preocupante de facto, esta situação que foi agora falada pelo Sr. Presidente da Câmara. Gostávamos de saber ao pormenor a situação, e de facto quem é que foi contemplado pela primeira prioridade. De certeza que vai haver concelhos, ou que há concelhos contemplados. E pronto, é o Estado Central, não é? É o PS, não é? Ah, é uma chatice. Uma chatice, o Estado Central, PS, a beneficiar este concelho, que já foi fustigado pelos incêndios. É uma chatice, sempre aquelas coisas, o que nós temos é que nós fazemos bem, nós é que somos um espetáculo, nós é que fazemos bem as coisas. E agora os nossos amigos PS, do Governo Central, pimba! Já levaste! Pronto, quando a coisa é boa, é muito boa, nós somos um espetáculo. --- Pronto, agradecia ao Sr. Presidente da Câmara, quando pudesse, que nos dissesse então quais são os concelhos, que também é importante saber, quais são os concelhos que foram contemplados na primeira prioridade, naquela prioridade em que dá realmente dinheiro para se fazer alguma coisa. -----

Então, estamos a discutir a exposição do Sr. Presidente. O Serviço Municipal de Proteção Civil, o Gabinete Técnico Florestal, pronto, vem enquadrado nesta situação que é complicada. Vamos lendo, vamos lendo, e vamos chegando aqui a uma parte em que diz "processos judiciais em curso, nos quais o Município de Alijó é parte na qualidade de réu, demandado, requerido ou executado". E, vejo aqui, na parte contrária, Higinio & Irmão, e diz o seguinte: "realizada tentativa de conciliação, em nove de novembro de dois mil e onze o processo encontra-se a aguardar impulso das partes". Quer dizer que o Município está obrigado a pagar. E eu pensei assim: a pagar... deve ser pouco. Olhei para baixo, um milhão! Ah bem, não é só um milhão. É um milhão, seiscentos e onze mil, trezentos e setenta euros e trinta e um cêntimos -----

E, depois voltei para cima. Data de instauração do processo: dezoito de novembro de dois mil e onze. É uma chatice. Um Município com um orçamento de onze milhões de euros, uma cacetada de um milhão, seiscentos e tal mil. Eu não sei o que é que vamos fazer, não sei o que é que vamos fazer. É uma chatice, é o tal dinheiro, é o tal dinheiro que dá para pagar o aumento do quadro de pessoal. Mas vai-se! Porquê? Vamos ver como é que vamos conseguir pagar isto, não é? Ah, mas eu volto a frisar a data, dezoito de novembro de dois mil e onze. As obras são de quem as faz? Ou de quem as vai ter de pagar? -----

Continuando, eu peço imensa desculpa, continuando, vamos vendo, vamos vendo, também há outros que já foram negociados, há outras situações, e depois também há situações boas. Também há situações boas. Há situações em que as Piscinas Municipais já estão a funcionar, já tem muita gente a frequentar as Piscinas Municipais, já estão a funcionar. Também há a situação dos jardins, das limpezas. Também temos a Unidade Orgânica e Flexível de Cultura, Educação e Desporto, que também tem bastantes participantes e espetáculos de qualidade. Mas, de facto, onde é que vamos buscar? Claro, vamos ter que o



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Descumbrante Património Natural

32

ir buscar a algum lado, isso é verdade. Agora, eu espero, vou ficar a aguardar Sr. Presidente, que nos elucide acerca desta situação. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras* -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Muito obrigado Sr. Presidente. Quero fazer aqui um reparo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e que tem a ver com o seguinte: há pouco, no ponto que estivemos a discutir, por causa da moção, o Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, devia ser o primeiro a conhecer muito bem o Regimento. Parece-me que andou aí a titubear, a vacilar, portanto, gerou-se a confusão que se gerou. Depois, há pouco, também, parece que ficou bastante indignado pela utilização da palavra "parva" aqui pelo meu colega de bancada, Pedro Espírito Santo...-

PRESIDENTE DA MESA: Oh Sr. Deputado vai intervir quanto ao ponto do Sr. Presidente ou não? -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Já vou, já vou, Sr. Presidente. Parece que ficou muito indignado; na última sessão ordinária, quando o Sr. Deputado Márcio Ribeiro terminou a sua intervenção referindo-se à minha pessoa, "os cães ladram e a caravana passa", o Sr. não teceu qualquer comentário. Portanto, Sr. Presidente comece a ser imparcial, porque dá-me a impressão que não o tem sido. Depois, em relação ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro, devo dizer que me faz rir. Faz-me rir com as suas intervenções. Pronto. -----

Agora, em relação ao ponto um, propriamente dito...-----

PRESIDENTE DA MESA: O Sr. Deputado Márcio ainda não fez nenhuma intervenção, que eu saiba, no período da ordem do dia. -----

Desculpe Sr. Deputado, mas o Presidente da Assembleia Municipal tem todos os problemas e todos os defeitos; são provocados por pessoas como o Sr. está a fazer. Mas vou-lhe dizer mais, eu tenho todo o tempo do mundo. Posso ficar aqui até às três da manhã, se quiser. Contrariamente àquilo que vem nas redes sociais, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não passa o tempo a olhar para o relógio. Quero ir-me embora, é mentira, posso ficar aqui até isto acabar, está bem? Quando quiser, pode dar continuação. Reporte-se, por favor, ao ponto da ordem do dia, está bem? -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Reportando-me aqui ao ponto número um, na última sessão de dois mil e dezassete, eu referi-me aqui ao saneamento da Avenida do Areal. --- Há pouco, aqui o deputado do Bloco de Esquerda, António Rocha, também se referiu. Já me referi várias vezes a esta situação. Cada vez que este assunto é colocado aqui em cima da mesa, o Sr. Presidente da Câmara diz que há um projeto, que não sei quê, não sei que mais, que vai fazer. Bem, já se passou um ano e tal, e eu não vejo nada. Quero ver é o projeto posto em prática, porque as pessoas que lá moram têm tanto direito como os outros. Depois, colocava-lhe aqui também uma questão que tem a ver com o Auditório. Que é a seguinte: eu não sei, e por isso gostava que me esclarecesse, se a utilização do Teatro Auditório Municipal, por terceiros, é paga por quem a utiliza. Gostava de saber esta questão, uma vez que o Bloco de Esquerda recentemente utilizou esse espaço, e portanto, gostava de saber. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

33

Depois, neste ponto aborda aqui a afluência de turistas ao Posto de Turismo de Alijó, e bem. Mas não aborda a afluência ao Posto de Turismo do Pinhão. Gostava de saber porquê. Gostava de saber se o Posto de Turismo do Pinhão não tem importância para a Câmara Municipal. E aliás, já estou farto de bater nesta tecla, e pelos vistos parece que não tem mesmo importância para a Câmara Municipal. Mas estava na hora de ter. A partir de abril é quando os turistas começam a afluir, em massa, ao Pinhão, e era importante que, de uma vez por todas, esta questão fosse resolvida. E é isso, para agora, é isso. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela.* -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Obrigado, Sr. Presidente. Vou ser muito rápido. Reportava-me à página seis, da exposição do Sr. Presidente de Câmara. Temos aqui vários concursos públicos, consultas prévias, concursos públicos para aquisição de combustíveis, etc. Depois temos um ajuste direto de prestação de serviços jurídicos, com o Dr. Márcio Miguel Monteiro Ribeiro, no valor de doze mil e tais euros, já vem sendo hábito, e logo a seguir, que era isso que me interessava, temos três linhas que também sofreram uma consulta prévia, que tem a ver com um programa de combate ao insucesso escolar. -----
Aqui, sim, uma boa medida, criada pelo Governo PS, que vocês tanto criticam, e esta medida pressupõe, além da promoção do programa de combate ao insucesso escolar na área da educação, pressupõe também a criação de emprego. E vejam só, criaram mais três empregos na área do Concelho de Alijó. E aqui, apesar de a Câmara Municipal de Alijó não ter aceite nenhuma delegação de competências, daquelas propostas pelo Governo, aqui também houve delegação de competências, porque a escolha dos técnicos foi feita pelo Município de Alijó. E passo a referir, cá estamos, prestação de serviços. -----

No caso do Serviço Social, foi adjudicado a Carlos Jorge Manso Gomes, no valor de quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e três euros; na questão de prestação de serviços de Psicologia para este programa, foi adjudicado a Alexandre Monteiro Alves, no valor de quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e três euros. Na prestação de serviços na área da Educação, tudo dentro deste programa, *Alijó Educa Mais*, foi adjudicado a Liliana Paula Meneses Costa. Tudo no valor de quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e três euros. --
Cá está, uma boa medida do Governo Socialista, posta em prática no Concelho de Alijó, e como referi, a escolha dos técnicos foi feita pela Câmara Municipal de Alijó, e que é uma delegação de competências, apesar de ela não ter sido aceite pelo município. -----

Depois, é verdade que fala aqui que as Piscinas interiores já estão a funcionar, mas esqueceram-se de referir que os balneários têm algumas deficiências. E podia ter sido aproveitado este período em que as Piscinas estiveram encerradas para colmatar essas deficiências. E são deficiências de manutenção, motivadas pelo tempo de uso. São peças de desgaste, e falo concretamente dos chuveiros, das tomadas elétricas, e outras pequenas coisas que seriam prontamente resolvidas pelos técnicos de que o Município dispõe, se assim lhes fosse solicitado. E, para já era só. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Passa a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes.* -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Vou-me debruçar sobre algumas afirmações que fez o Sr. Presidente da Câmara. E o Sr. Presidente disse o seguinte: vai segunda-feira



meter ou pôr um funcionário em cada Junta de Freguesia. Ora, que eu saiba, o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Chã não sabia nada disso. Também sei que o Sr. Presidente diz que faz várias reuniões com os Presidentes de Junta, a esclarecê-los desta iniciativa. Pois bem, o Presidente de Junta de Vila Chã manda dizer que não tem tido reuniões com ele, que lá vai pôr alguém ou não vai. Só se o homem lá for e estar lá à porta, porque não tem quem lha abra. Também é verdade que o Presidente da Freguesia de Vila Chã não concordou com a proposta que o Sr. Presidente lhe fez. Mas, como é de bom-tom, quando não se concorda com uma coisa, propõe-se outra. O Sr. Presidente da Câmara não concordou com a proposta que o Presidente da Junta lhe fez. Portanto, mantém-se aí um impasse, e espero bem, para não criar mal-estar à pessoa que vai para lá, que o não ponha lá sem o conhecimento do Presidente da Junta de Freguesia. -----

Também sei que é apanágio, do Sr. Presidente, entrar pelas freguesias adentro e fazer o que muito bem lhe apetece. Eu dou exemplos: as obras que o Sr. Faz. O Presidente da Junta de Vila Chã, também, manda dizer que o Sr. nunca o chamou para lhe esclarecer o que quer que fosse, daquilo que vai fazer em Vila Chã. O que já fez, não comunicou; quanto ao que vai fazer, estou a perguntar se vai agir da mesma forma. Pois assim vamos estar mal, Sr. Presidente! Respeito-o, como o Sr. me respeita, mas desta forma não podemos continuar. -----

E depois sobre a floresta, que é um assunto muito caro à Freguesia de Vila Chã, lembro o incêndio de dois mil e dezassete. O Sr. disse, foi logo com pressa de dizer, que recebeu um *mail* de que Alijó não é contemplado. Pois bem, fiquei espantado. Mas aí põe-se uma pergunta, Sr. Presidente: será que o trabalho de casa foi bem feito, para que o Concelho de Alijó não tivesse sido contemplado? Mas então, se foi bem feito, Sr. Presidente, eu faço-lhe uma pergunta ainda mais objetiva. Queria que o Sr. Presidente me dissesse o que é que está a pensar fazer para contrariar esta situação? Porque, e até lhe digo, lá vêm os outros sinais socialistas, socialistas, seja quem for. Os interesses do Concelho estão acima de tudo e ter-me-á ao seu lado para o ajudar também nessa tarefa. Porque o superior interesse dos munícipes de Alijó são o nosso lema. -----

Depois, para finalizar, também volto ao aeródromo, Sr. Presidente. O aeródromo, a grande infraestrutura, o aeródromo já serviu em tempo de crise, em dois mil e dezassete, para deslocar para lá o comando geral e distrital quando foi desse flagelo. Sr. Presidente, desde aí para cá, não houve nada que valorizasse aquele espaço. Se não houve nada que valorizasse esse espaço, já há bocadinho lhe fiz a pergunta e o Sr. não respondeu. Faço-lhe a pergunta novamente: o que é que o Sr. quer fazer com aquele grande espaço, que custou muito aos socialistas? Foram a Lisboa inverter uma situação que estava para ser vendida a um privado e a gente foi reavê-lo para beneficiar o Concelho. Portanto, é pertinente que me explique isso. -----

Por último, e mesmo por último, Sr. Presidente. Quero aqui, está a ver? não falamos só mal, uma grande iniciativa que o Sr. Presidente da Câmara fez, ou a Câmara no seu todo, soube eu, enquanto líder do PS, por isso é que me dói quando ouço certas pessoas dizer certas coisas, que eu não digo, que o Sr. permitiu e bem, digo, e bem, que uma força partidária,



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

35

neste caso o Bloco de Esquerda, fez lá um evento com 240 pessoas, segundo diz aqui, e bem, eu aplaudo. Tive conhecimento que foi gratuito. No tempo do PS era pago. Agora foi gratuito. Fez muito bem, e o PS já deixa aqui dito que brevemente irá também fazer uma iniciativa e espera que tenha o mesmo tratamento e que seja gratuito, e já agora também se derem uns brindezinhos como fizeram, isso é bom, está bem? Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra ao Sr. Deputado Márcio Ribeiro* -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Agradeço a referência que os Srs. Deputados Luís Lameiras e Cláudio Vilela fizeram nas suas intervenções à minha pessoa. Lamento desiludir-vos, mas não estou disponível para assumir as funções de vosso líder espiritual. Não tenho pretensões de substituir quem vos tem vindo a proporcionar esses importantes serviços, nos últimos tempos. Às vezes parece que os Srs. Deputados têm uma fixação pela minha pessoa. Informo-vos que há serviços especializados para vos ajudar a resolver esse problema. -----

Sr. Presidente da Câmara, para referir-me à apresentação deste ponto, uma lista de municípios classificados como de prioridade 1 e outros de prioridade 2, para efeitos de candidaturas ao Fundo Florestal Permanente para a gestão de queimadas. A bancada da Coligação gostaria de saber quais são as repercussões que esta classificação, nomeadamente o facto de o Município de Alijó ter sido qualificado como de prioridade 2. Quais são as repercussões que poderá ter no âmbito destas candidaturas, quais os critérios que estiveram na base da classificação do Município de Alijó, como sendo de prioridade 2, considerando que há freguesias, que ocupam uma área muito extensa do Concelho, como de prioridade 1, e se vê utilidade ou importância em que, nomeadamente esta Assembleia Municipal, tome alguma posição no sentido de perceber quais os critérios subjacentes a esta classificação. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra à Sr.ª Deputada Estela Maria de Jesus Teixeira.* ----

DEPUTADA ESTELA MARIA, DE JESUS TEIXEIRA (PS): Cumprimento todos novamente. Tenho aqui algumas questões para colocar. Em primeiro lugar, vou falar sobre o projeto de combate ao abandono escolar porque, debate-se aqui tantos assuntos, como já foi o caso da CPCJ, e não vou falar sobre ela mais. Acho que não me compete. Julgo que um projeto de combate ao abandono escolar, promovido pela Autarquia ou financiado por esta, ainda que seja no âmbito de algum programa maior do Governo, acho que tem de ser dado conhecimento à Assembleia Municipal. Sei que estes projetos têm como objetivo tornar a escola mais atrativa, combater o insucesso escolar, mas eu gostava de saber mais. Não sei se o Sr. Presidente me poderá dizer, ou eventualmente a Sr.ª Vereadora da Educação, mas tenho algumas questões sobre este projeto. Gostava de saber qual o total do investimento, e deste investimento qual o valor que está reservado aos recursos humanos. E, já agora, se calhar, também é importante perceber que tipo de seleção, como chegámos à contratação destes três técnicos superiores. Qual a missão do projeto, e o porquê, se foi feito um estudo daquelas que são as principais causas do insucesso escolar no Concelho, e se foi por esse motivo que foi escolhido, um técnico de Serviço Social ou um técnico de Psicologia, e um técnico de Educação. E porque não, na área do Desporto? Na área da Terapia da Fala?



Porquê essas escolhas? Ou seja, quais as características do projeto. Por outro lado, gostava de perceber onde é que, qual é o espaço físico onde esta Ação vai decorrer. Se é na escola, se é também, fora da escola, eventualmente aqui nos edifícios da Câmara Municipal, e qual é a duração do projeto. -----

Depois, sei que na reunião de novembro de 2018, na qual, lamento, não pude estar presente, foi dado conhecimento de um projeto de requalificação do Miradouro de Casal de Loivos. E parabeno o Executivo pela iniciativa. Porque este é um local de interesse turístico, visitado por um enorme número de pessoas, e que só traz mais-valias ao Concelho de Alijó. Mas queria aqui pedir que a planificação do futuro não nos deixasse esquecer aquilo que já existe. E a manutenção do que existe é igualmente importante. E aquilo a que me estou a referir, é que eu visitei recentemente o Miradouro de Casal de Loivos, acompanhada de uma criança de quatro anos, e foi com profunda tristeza que constatei o mau estado do parque infantil. E quando falo em mau estado, não falo em material deteriorado, não falo num escorrega partido, não! Falo, pura e simplesmente, em falta de limpeza. De tal ordem, que o pavimento, as folhas acumularam-se e entraram em estado de putrefação tal, que não se consegue circular lá. Portanto, o que me leva a crer que, foram meses e meses com uma ausência completa de limpeza. Já agora, isto foi há cerca de 15 dias. E é pena. É pena, porque um parque com todas as condições e cuja luta para que fosse construído, de alguma forma eu acompanhei, por um outro Presidente de Junta com quem tenho uma relação próxima, e que seja agora votado a este abandono. -----

E já que estamos a falar de parques infantis, queria também pedir aqui, ao Sr. Presidente de Câmara, particular atenção ao parque infantil de Alijó. Porque está a ficar danificado. São visíveis as marcas de desgaste no piso, nas escadas de acesso ao escorrega. Tenho assistido a algumas iniciativas deste Executivo, nomeadamente na participação em feiras de turismo e em atos associados a esta participação, com a qual eu estou de acordo, porque é necessário levar o nome do Concelho mais além, mas não podemos esquecer o que cá está. E sobretudo não podemos esquecer as nossas crianças e jovens e quem vive cá. Eu acho que têm de ser feitos todos os esforços e mais alguns, no sentido de criar as melhores condições possíveis para as nossas crianças. Este tem que ser o primeiro objetivo, e não está a ser cumprido. -----

E por falar em crianças, queria aqui falar que em novembro de 2018, foi cortada uma árvore no espaço da Santa Casa da Misericórdia de Alijó. Eu não pertença à Santa Casa, nem sequer sou irmã da Santa Casa, mas tenho a minha filha integrada na creche da Santa Casa. E aquela árvore tem ali um tronco com uns trinta ou quarenta centímetros, a céu aberto, sem a calceta, que foi retirada, desde novembro e até à data, não foi reparado o espaço envolvente. Está simplesmente vergonhoso. Porque "vergonha" é a palavra certa para definir aquilo. E também sei, que quem ficou de o reparar foi a Câmara Municipal. Eu não acredito que, com tanta contratação de funcionários ainda não tiveram nenhum disponível para reparar aquele espaço. -----

Mas já muito aqui foi dito sobre iniciativas do Governo, iniciativas da Câmara. O que é certo é que o programa de comparticipação de medicamentos, só é possível de ser executado na



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37

medida em que existe um outro programa de âmbito governamental, não é? E isto não pode ser escamoteado. -----

Só mais um assunto, sei que as obras foram feitas nas Piscinas Municipais, e fico bastante contente com a realização das mesmas, mas mais uma vez, se calhar, porque estiveram tanto tempo fechadas, neste momento as listas de espera nalgumas classes, nalgumas turmas, são grandes. Não é possível inscrever porque, ou não há horário, ou não há professor. O que me leva a crer e a questionar aqui, de que forma é que foram levantadas as necessidades de recursos humanos do Município. Se calhar, faria sentido ali mais um técnico de educação física, ou desporto. O que é certo é que há bastantes listas, tenho falado com algumas pessoas, e a lista continua, as crianças ficam sem aulas de natação porque não há horário, ou não há professor. Não sei se foi contratado um número tão grande de funcionários, mais uma vez já não sei, se foi para satisfazer as necessidades reais do Município, se foi para satisfazer as necessidades de alguns. -----

PRESIDENTE DA MESA: Sr.^a Deputada, seja breve, por favor. -----

DEPUTADA ESTELA MARIA, DE JESUS TEIXEIRA (PS): Vou concluir já. Falo tão pouco, escusa de me retirar a palavra! Habitualmente, não vos canso muito. Terminei, obrigado. ---

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou ser muito breve, como prometi. Considero que a primeira parte da intervenção do Sr. Deputado Márcio neste ponto, como toda a gente ouviu, foi ofensiva à minha pessoa e à pessoa do Sr. Deputado Luís Lameiras. A verdade é que, quando me referi à avença titulada pelo Dr. Márcio, não me estava a referir ao Sr. Deputado Márcio. É verdade que eles são a mesma pessoa, mas isso são coisas que nos ultrapassam. Agora, se ele ficou magoado por eu ter referido uma coisa que estava aqui escrito na informação do Sr. Presidente, isso já é problema dele. Agora, não tem o direito de se referir à minha pessoa e à pessoa do Sr. Deputado Luís Lameiras com aquele tipo de palavra. E mais uma vez peço, Sr. Presidente, é verdade, tem que haver moderação no discurso nesta Assembleia. Era só, muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu começaria de imediato a tentar responder, na medida que me for possível, claro está, às questões que aqui foram levantadas pelo Sr. Deputado Luís Lameiras, e nesta questão aproveitaria, também, para responder ao Sr. Presidente de Junta de Vila Chã, que tem a ver com a utilização do Auditório. Eu quero dizer o seguinte: é nossa obrigação receber bem quem nos visita. E se, para isso, pudermos aproveitar a oportunidade, quando nos visitam, para promovermos o nosso território, acho que devemos fazê-lo. Efetivamente, o Bloco de Esquerda solicitou a cedência do Auditório para determinado dia, que eu não me recordo, nem tem interesse, e havia disponibilidade, e nós obviamente que autorizámos. Relativamente ao pagamento ou não pagamento de taxas de ocupação do espaço, não sei se pagou, se não pagou, não me ocupo com essas coisas. A parte administrativa encarregar-se-ia de aplicar o Regulamento Municipal, e o Presidente não tem que autorizar nada, é o Regulamento Municipal que manda e que foi aprovado, aliás, pelo PS. Portanto, remeto para esse Regulamento, vejam



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

38

lá, porque eu, francamente, não sei se pagaram, se não pagaram. O Sr. Deputado Luís Pereira diz que sim. Sinceramente, não sei, nem me interessa. Agora o nosso procedimento será sempre o mesmo para com todas as situações que forem colocadas. ---
Relativamente ao saneamento no Areal, eu já falei sobre isso. Agora o Sr. Deputado não queira que as coisas aconteçam tudo de uma vez só, porque não é possível, não é possível. Não há capacidade financeira, nem técnica, para executar tudo de uma vez. Já lhe disse que vou fazer essa obra, quero fazê-la este ano, mas questiono também sobre isso o Sr. Deputado, ou melhor, respondo-lhe com uma pergunta: há quanto tempo lá estão aqueles moradores? Há quanto tempo foi feita a (estação) elevatória? Porque é que não foi feito o saneamento nessa altura? Bem, se fosse feito, seria mais uma para pagarmos agora. Mas, portanto, vamos ter calma com a pressa, está bem? -----

Relativamente ao Posto de Turismo do Pinhão, eu julgo que a questão deverá ser colocada à Sr.^a Presidente da Junta, porque não faço ideia. O Posto de Turismo da Vila do Pinhão é gerido pela Junta de Freguesia. Contudo, já é do conhecimento de todos, que o equipamento digital existe. Optámos por apetrechar esse Posto de Turismo também. Optámos por não o colocar, porque os conteúdos ainda não estão terminados, e não faria sentido colocar equipamento digital, designadamente algum no exterior, sem os conteúdos, como deve entender, mas far-se-á. -----

Relativamente às Piscinas e aos balneários, eu dirigia depois para a Sr.^a Vereadora, que francamente, não sei se há, se não há, não é do meu conhecimento se há ou se não há pequenos problemas nos balneários; admito que sim. -----

Relativamente às reuniões com as Juntas de Freguesia, que o Sr. Presidente de Junta de Vila Chã refere, colocou palavras na minha boca que eu nunca disse. E não tenho, para lamento meu, não tenho podido reunir com os Srs. Presidentes de Junta, mas gostava de o fazer. Relativamente às obras sem o seu conhecimento, oh Sr. Presidente de Junta, o Sr. foi chamado ao meu gabinete, apresentei-lhe o projeto, o Sr. viu tudo, esclareci tudo o que o Sr. questionou. Ainda não arrancou a obra, é verdade, mas lá iremos. Lá iremos. Mas já conhece o projeto, portanto não diga que eu faço as coisas sem o conhecimento das Juntas de Freguesia. -----

Relativamente ao aviso, a que me referia há bocadinho, e que acabou de chegar, eu entreguei um exemplar aqui ao Sr. Presidente da Assembleia, para que tome conhecimento. A questão é a seguinte: eu não vou falar, aqui, dos critérios de classificação, por grau de risco das freguesias. Isso é a Autoridade Florestal Nacional que o faz, e portanto, como disse, no nosso concelho há duas freguesias, que é Vila Verde e União de Freguesias de Pópulo e Ribalonga, de 1^a prioridade. E temos três freguesias: S. Mamede, União de Freguesias de Carlão e Amieiro e Pegarinhos, em 2^a prioridade. -----

Mais uma vez, a Autoridade Florestal Nacional é que entendeu fazer essa classificação, com base, com certeza, no número de ocorrências na área florestal, na orografia, no índice de risco de incêndio. Agora, o que lamento efetivamente, é que saído este aviso e depois do enorme esforço que este Município fez na gestão das faixas de contenção, na gestão de combustível ao longo das vias municipais, e como já foi aqui referido, o Município de Alijó,



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

39

até ao momento, regista mais de 50% dos reportes de queimas e queimadas de todo o distrito de Vila Real. Mais de 50%. Isto foi, aliás, há dias comunicado na reunião distrital da Proteção Civil pelo Sr. Vice-Presidente. Portanto, estranho que Alijó não venha ali referenciada, não vem como podendo recorrer aos apoios em 1ª prioridade. Deduzo eu que poderá recorrer aos de 2ª prioridade, porque tem lá "outros". Naturalmente, Alijó se poderá encaixar, sendo certo que a diferença é de quinze mil, para quinhentos euros. E deixo à vossa consideração. Agora, que fizemos tudo fizemos. Portanto, acho que, aliás, o Sr. Presidente de Junta, há bocadinho, falou aqui em tom de elogio ao funcionamento da Câmara, em termos também de funcionamento da Comissão Municipal. Sabe que estamos a trabalhar e estamos a trabalhar intensamente. Isto será com certeza um prémio pelo nosso bom trabalho. -----

Relativamente ao Aeródromo, não vou questionar. Eu já, desde que sou Presidente da Câmara, já adquiri, já enriqueci o património municipal com as comissões de valor, imensamente superior ao custo que teve na altura o Aeródromo, porque eu sei quanto ele custou. Portanto, disse bem, foi uma ambição desmedida, quiçá. E fico por aqui. -----

Relativamente à candidatura ao insucesso escolar, colocada pela Sr.ª Deputada Estela, deixaria para a Sr.ª Vereadora Sónia Pires. Relativamente à intervenção no Miradouro de Casal de Loivos, não tenho memória se já foi aqui falado numa outra Assembleia Municipal, mas temos, efetivamente, uma candidatura, no valor de cerca de cento e oitenta mil euros, aprovada para intervir neste Miradouro e para o dotar de todas as condições necessárias. Ainda bem que concorda com esta intervenção, porque é de facto um ponto importante da atividade do nosso concelho. Relativamente aos parques infantis, eu pedia depois à Sr.ª Vereadora que falasse, mas tanto quanto me foi dado a conhecer, o parque infantil de Casal de Loivos será da responsabilidade da Junta de Freguesia. -----

Relativamente ao parque infantil de Alijó, eu sei que ele está a carecer de uma intervenção, mas quero-lhe dizer que esta intervenção será feita no âmbito da requalificação daquele espaço em frente às Piscinas Municipais. Aproveitaremos para requalificar o parque infantil também. Mas embora já tenha sido objeto de uma intervenção, salvo erro, há dois anos. Ligeira, mas foi. -----

O "Programa do Medicamento Gratuito", Sr.ª Deputada, não é financiado pelo Governo Central. Sabe que não é. O Município de Alijó, se conseguirmos atingir o número de beneficiários que gostaríamos de atingir, que foi a meta que estabelecemos para este ano, que são quinhentos, o Município suportará cinquenta mil euros. Esse é o único contributo. O resto são as farmácias do Concelho. O Estado Central não entra neste programa. Com certeza estaria a pensar na Cadeira Dentista, isso sim. O Município financia o equipamento, e o Estado Central porá os recursos humanos, através do Ministério da Educação, e fará as pequenas obras de adaptação do espaço. -----

E, não confundam, porque já falei que os recursos humanos do Município bateram no fundo, em termos de número. No espaço, eu diria, de vinte anos, desceram de duzentos e trinta para cento e vinte e sete. Portanto, não é possível com cento e vinte e sete chegarmos a lado nenhum. Em boa verdade, é assim mesmo. Neste momento, nós reforçamos o quadro.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

40

Não é um número tão grande, os números são sempre relativos. Eu conheço municípios, aqui à volta, que reforçaram o seu quadro de colaboradores em maior número que nós, e que são bem mais pequenos que o nosso Município. Mas era necessário fazê-lo. Mas agora, compreenda que parte deles entraram no dia um de outubro, sendo que catorze foram para as Juntas de Freguesia, contratados para esses efeitos específicos. ----- Não pudemos disponibilizá-los, de imediato, nas Juntas de Freguesia porque houve uma necessidade urgente de socorrer uma lacuna, forte, na Educação, muito por fruto de não podermos recorrer aos Programas Ocupacionais, por força da lei dos precários. Achámos que era importante socorrer de imediato a Educação. Vai ser repostado, agora, e cumprido o meu compromisso para com a população, para com as Juntas de Freguesia. Já assinamos o contrato com os restantes, amanhã, e, portanto, as Juntas de Freguesia ficarão todas com os recursos humanos como eu prometi. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra à Sr.ª Vereadora Sónia Pires.* -----

VEREADORA SÓNIA PIRES: Muito boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Presidente e restante Mesa, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhores Vereadores e funcionários públicos presentes a esta hora. Relativamente às questões que foram levantadas, vou começar pelas Piscinas. Relativamente a este Município, é verdade que quando ocorreu uma intervenção nas piscinas interiores, aproveitou-se para fazer outras reparações, como é óbvio. Foram feitas intervenções como pinturas de paredes, substituições de lâmpadas, de tomadas, de chuveiros também. Haverá um, por aquilo que tenho conhecimento, ainda há um chuveiro que ainda não está a funcionar corretamente. Mas temos o levantamento de todos os processos para substituir chuveiros, não só nas piscinas, mas também no Pavilhão Desportivo. Porque, efetivamente, quando se faz uma informação para a substituição deste material, convém fazer uma análise de outros edifícios que efetivamente tenham essas deficiências e depois fazer a substituição de todos. Em relação às tomadas, elas ficaram todas a funcionar, e não tenho conhecimento que elas não funcionem. -----

Relativamente às aulas que há pouco diziam, de um técnico de Desporto, se calhar pode-se pensar futuramente nisso. No entanto, as aulas de natação não é questão de haver horários. O que está estipulado para este ano, era o que havia nos anos anteriores. Nos anos anteriores as turmas não ficavam fechadas, e este ano, pelo que sei, as turmas estão todas cheias. Não sei se se estava a referir relativamente a turmas mais pequenas. No entanto, pelo que sei, apenas três ou quatro, não sei se são jovens, se são crianças, que estão em lista de espera. Só sei isto. Portanto, se há mais do que três ou quatro pessoas ou crianças em lista de espera, teremos que rever horários. Nesta altura, não é possível, mas no próximo ano, porque trabalha-se por anos letivos, tem que se reponderar isto. Mas que há turmas de todos os escalões, e estão quatro turmas a funcionar, e com horários como eram nos anos anteriores. Nos anos anteriores não se notou que, realmente, havia esta necessidade de aumentar o número de horas. -----

Relativamente aos parques infantis, em relação à limpeza, como foi referido aqui do parque infantil de Casal de Loivos, é certo que é da competência da Junta de Freguesia. No entanto, aquele parque também carece, tem aquelas árvores, e eu já fui Presidente de Junta

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 28-02-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

41

lá, e sei o que é limpar, tem que se estar constantemente a limpar aquele parque, aquelas folhas estão sempre a cair, isto também é certo. Relativamente a outros parques infantis, o Município, para este ano, tem contemplado, e vocês viram também no Orçamento, que foi apresentado em dezembro, estão lá contemplados parques infantis e substituição de várias peças de parques infantis. Já começámos com algumas. O nosso carpinteiro está a recolher algumas peças e tentar restaurá-las, e algumas já se fizeram no parque de Vilarinho de Cotas, já se fez no parque de Cabeda. Aquilo que nós pudermos fazer com os nossos técnicos, está a ser feito. Entretanto, outras são impossíveis fazer. -----

No caso de Vale de Mendiz, está mesmo sem parque infantil. Alijó tem peças para serem substituídas. Há vários que têm de ser substituídos, e vão ser feitos. Irá ocorrer este ano uma adjudicação neste sentido. -----

Por fim, na questão que foi levantada sobre o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar. Se me permitem, vou dizer *PIICIE*, por ser mais fácil, porque é de facto um nome longo, e eu prefiro dizer até, que é um plano de promoção do sucesso escolar e não de combate ao insucesso escolar. Não gosto muito de usar esta terminologia pela negativa. Relativamente a este projeto, isto foi uma candidatura feita ao *Norte 2020*, e é certo que todas as candidaturas que nós fazemos, enquanto Município, ao *Norte 2020*, elas não são todas aqui apresentadas. Mas, ocorrendo esta questão, como também já foi solicitado em reunião de Câmara, e vou repetir o que disse lá, é que este programa vai ser apresentado à comunidade educativa, e no entanto, já articulei com o Sr. Director se o poderíamos apresentar a toda a comunidade. Apresentar este plano a toda a comunidade inclui, efetivamente também, todos os deputados desta Assembleia. -----

Estamos a tentar perceber, junto da Escola, se é oportuno neste momento a apresentação do Plano. Se fosse no início do ano letivo faria mais sentido, mas a nossa candidatura só ficou aprovada dia 23 de janeiro, e, portanto, só a partir daí é que poderíamos avançar com o projeto. A equipa multidisciplinar aguarda se, efetivamente, o Plano vai ser apresentado à comunidade, e se assim for, será apresentada e os senhores serão também convocados para esta apresentação. Relativamente à equipa multidisciplinar ocorreu um procedimento de consulta prévia. Aquela equipa que está contemplada fazia parte da candidatura. A equipa multidisciplinar, inicialmente, não estava contemplada, mas isto foi uma candidatura feita, individualmente, em contexto da CIM, a nível nacional. Quase todas foram as CIM que as fizeram e não os municípios. Quase todas têm uma equipa multidisciplinar. Muito poucas devem ser as que não têm equipa multidisciplinar a trabalhar nas escolas. Esta equipa multidisciplinar não vai substituir as competências da Escola, apenas é uma equipa e o trabalho delas, visa promover o sucesso escolar e prevenir o abandono, que são exatamente as metas a atingir naquela candidatura. E, portanto, têm o trabalho incidente no acompanhamento dos alunos, a tentar ajudar a resolver algumas "problemáticas" que foram diagnosticadas. -----

Em relação aos valores da candidatura, já aqui foi levantado, uma candidatura de quatrocentos mil, trezentos e setenta e nove euros e vinte e cinco cêntimos, sendo comparticipados, apenas, trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e dois euros



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

42

e trinta e seis cêntimos. Tomando nota que, aqui, um técnico de Desporto não seria oportuno, porque a Escola não tem dificuldades, não há na disciplina de Educação Física insucesso escolar. -----

Quando fizer a apresentação, se for feita à comunidade educativa, se irá explicar detalhadamente, eu não vou alongar-me com todas essas especificidades, mas vou dar nota que foi colaborado com a escola, e no plano educativo da escola não tem lá necessidade de um terapeuta da fala. Tem, por exemplo, de um psicólogo. É tudo. -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra ao Sr. Deputado Luís Pereira.* -----

DEPUTADO LUÍS PEREIRA (BE): Para tranquilizar o Sr. Deputado Fernandes e o Sr. Deputado Lameiras, que colocaram a questão, tenho-lhes a comunicar que após um telefonema para o Partido, a organização me informou que foi contratualizado ou acordado a utilização do Auditório com o pagamento de trinta euros, à hora. Portanto, dado o adiantado da hora não consegui entrar em contacto com os serviços financeiros do Partido, mas, se não foi pago, irá ser pago, porque o Bloco de Esquerda não é um partido que se enquadre no rol dos partidos caloteiros. Portanto, se não foi pago, irá ser pago muito brevemente. São as informações que eu tenho a dar, portanto podem ficar tranquilos, que a utilização daquele espaço não foi de borla. Foi pago -----

PRESIDENTE DA MESA: *Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos.* -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: A Sr.^a Vereadora Mafalda acaba de me informar que, na primeira abordagem que o Bloco fez à Câmara para a cedência do espaço, partiu da parte da Câmara uma informação que, efetivamente, havia um custo a suportar por quem requisitava o espaço, de trinta euros, à hora. Efetivamente coincide com o que disse. Após uma análise mais detalhada do Regulamento, (verifica-se que) o Regulamento isenta partidos políticos deste pagamento. Portanto, o Bloco como tal, também foi isento, não terá pago nem tem de pagar. -----

DEPUTADO EVARISTO HIPÓLITO (PS): Só para dar um esclarecimento, talvez por má informação da Sr.^a Deputada, Dr.^a Estela, disse aqui que a Câmara se tinha comprometido para fazer o arranjo na creche, o infantário da Santa Casa da Misericórdia de Alijó. A Câmara nunca teve qualquer compromisso com a Santa Casa para esse trabalho. Pura e simplesmente, a Câmara tem colaborado com a Santa Casa, já aqui também vou referir que a Junta de Freguesia de Alijó tem colaborado com a Santa Casa, em pequenos trabalhos requisitados pela mesma. É este o esclarecimento que vos quero dar. Já agora, também os vou informar que esse trabalho vai ser feito brevemente. Presentemente, estamos a acabar um exame ao jardim-de-infância, com dinheiro vindo de um projeto ganho pela Santa Casa. E, portanto, neste projeto que será o de arranjo daquele lugar, onde está aquele grande tronco de um pinheiro, que é enormíssimo, requer um trabalho muito específico, porque as raízes desse pinheiro, que foi deitado abaixo, devem ir, não por baixo da estrutura principal da creche, mas pelo menos nos muros exteriores aos parques. Aí sim, pois iremos pedir a colaboração da Câmara Municipal para nos ajudar nesses arranjos, e tenho a certeza que, conforme o costume, colaboraremos. É o meu esclarecimento. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 28-02-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

43

PRESIDENTE DA MESA: Deu por terminado o primeiro ponto da ordem do dia e introduziu o ponto dois da ordem do dia - *Pedido de marcação de linha amarela (M12 – linha contínua junto ao limite da faixa de rodagem), junto ao Quartel dos Bombeiros Voluntários do Pinhão.* Dá a palavra ao Sr. Presidente. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: É um pedido da Associação Humanitária dos Bombeiros do Pinhão para que a Assembleia delibere autorizar a colocação de uma linha contínua de cor amarela em frente ao quartel, designadamente onde entram as viaturas, portanto, tentando que com isso impeça o estacionamento em frente ao Quartel, de forma a que as viaturas dos Bombeiros possam entrar e sair livremente do respetivo espaço. Tem o parecer positivo da Junta de Freguesia; a Câmara deliberou por unanimidade aprovar. Deve a Assembleia agora pronunciar-se sobre isto. -----

PRESIDENTE DA MESA: Não havendo inscrições para intervenção, coloca à votação o ponto dois da ordem do dia - *Pedido de marcação de linha amarela (M12 – linha contínua junto ao limite da faixa de rodagem), junto ao Quartel dos Bombeiros Voluntários do Pinhão,* tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com 35 votos. -----

Introduziu o *ponto três da ordem do dia – Pedido de marcação de linha amarela (M12 – linha contínua junto ao limite da faixa de rodagem), em Carlão.* -----

Não havendo intervenções colocou á votação o *ponto três da ordem do dia – Pedido de marcação de linha amarela (M12 – linha contínua junto ao limite da faixa de rodagem), em Carlão* tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com 35 votos. -----

Introduziu o *ponto quatro da ordem do dia – Pedido de parque de estacionamento privado e reservado às viaturas do Município de Alijó, em Alijó.* -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para explicar o tema. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: O ponto cinco será mais simples. Nada tem de complexo. Este, enfim, julgo que carece aqui de alguma explicação, porque estamos a falar de um espaço aqui por trás da Praça do Município. Como sabem, em tempos, o Município tomou posse administrativa de um imóvel devoluto que ameaçava a segurança pública. Não tinha proprietários, não eram conhecidos. Portanto, demoliu esse espaço, requalificou o espaço. Pertence ao domínio privado do Município, e, portanto, queria criar ali um espaço para acomodar algumas viaturas, que não ficam convenientemente estacionadas, designadamente no período da noite. E também aqui, por trás desta casa que foi reabilitada recentemente, tem ali um espaço que está reservado às viaturas do Município. Contudo, regista-se ali algum estacionamento abusivo, muito desordenado. Nós queríamos também ordenar esse espaço, e este pedido engloba também essa parte. Basicamente é isso – a criação de dois espaços de estacionamento, um deles em espaço público, outro em espaço de domínio privado do Município. -----

PRESIDENTE DA MESA: Não havendo intervenções coloca a votação *ponto quatro da ordem do dia - Pedido de parque de estacionamento privado e reservado às viaturas do Município de Alijó,* sendo aprovado por unanimidade, com 35 votos. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Declumbrante Património Natural

44

Introduziu o *ponto cinco da ordem do dia – Pedido de mudança de lugar de estacionamento existente na antiga junta de freguesia de Vila Chã para junto das novas instalações.*-----

Deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Este ponto também é muito simples. Acontece que a Junta de Freguesia de Vila Chã, junto às suas antigas instalações de sede, tinha no local um lugar de estacionamento autorizado. Uma vez que mudou de instalações para o novo espaço, requer agora que esse lugar de estacionamento seja criado em frente ao novo espaço da nova sede de Freguesia de Vila Chã. É isso que se pretende. -----

PRESIDENTE DA MESA: Não havendo intervenções colocou á votação *ponto cinco da ordem do dia – Pedido de mudança de lugar de estacionamento existente na antiga junta de freguesia de Vila Chã para junto das novas instalações*, tendo sido aprovado por unanimidade, com 35 votos. -----

Introduziu o *ponto seis da ordem do dia – 1ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2019.* Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Como é do conhecimento de todos, o mapa de pessoal do Município é um instrumento dinâmico de gestão dos recursos humanos e deve acomodar todas as alterações que ocorram num determinado período, neste caso desde o início do ano até agora. Esta alteração visa acomodar, não só eventuais promoções que possam ter havido ou transmissões intercarreiras. De memória, sinceramente, não tenho presente quantas são. Portanto, focar neste, acomodar todas as alterações que tenham ocorrido no mapa de pessoal. E contempla também a requalificação ou reclassificação, melhor dizendo, de uma vaga que já vinha de trás, que existia, que era uma vaga na carreira de técnico superior jurista, que neste momento o Município entende que não, uma vez que admitiu recentemente uma jurista para os seus quadros, entende que de momento não é de primeira prioridade a admissão de um novo jurista. E portanto, temos outras necessidades em termos de técnicos superiores e pretendemos reclassificar esta vaga para técnico superior de engenharia civil. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições. Dá a palavra ao Sr. Deputado Luís Lameiras. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Queria-lhe lembrar que há pouco, no período de antes da ordem do dia, não fez referência à possibilidade de o público poder falar. -----

PRESIDENTE DA MESA: Faz notar ao Sr. Deputado que não há público. -----

DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS): Em relação a esta questão, o Partido Socialista não é contra a criação de emprego e a Câmara Municipal deve ser a primeira promotora dos empregos. Mas, neste mandato, já são quarenta e tal empregos que a Câmara Municipal criou. E isto sem qualquer tipo de fundamentação, porque por aquilo que é do meu conhecimento, praticamente todas as pessoas que entraram nos quadros da Câmara Municipal estão nos gabinetes ou nas escolas. E aonde fazem falta, que é cá fora, no terreno para serem operacionais, parece-me que há uma lacuna muito grande. Uma vez perguntei aqui, porque é que não tinha sido colocado o palco que o Grupo de Cantares pediu para a Noite de Fado, e foi-me dito, aqui, pelo Vice-Presidente da Câmara que, na



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

45

altura, para além de outras coisas, uma das questões essenciais era de que não havia pessoal, aquele pessoal estava de férias. E parece-me que este assunto não está a ser resolvido. Depois, isto é um investimento, digamos que, para toda a vida. Portanto, só anualmente, os gastos com salários são cerca de um milhão de euros, mais do que aquilo que o Município recebe de IMI. Parece-me que isto está a ser feito de forma atabalhoada, sem qualquer método, sem qualquer fundamentação. E portanto, seria necessário que houvesse método, que se metesse as pessoas nos lugares onde elas de facto são precisas.

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado António Fernandes. -----

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS): Eu vou ser breve, Sr. Presidente, até era para prescindir, porque o Sr. Deputado que me antecedeu abordou mais ou menos aquilo que eu queria dizer. Mas, como isso não deixa de ser um facto, esta admissão consecutiva de funcionários, pode ficar aqui a ideia que os socialistas são contra a admissão de funcionários. Não é verdade, e é de todo mentira que pensem assim. E com isto também vou dar uma resposta ao Sr. Deputado Márcio. O Sr. Deputado Márcio disse que, no outro tempo, que se admitia também funcionários. Pois admitiam-se, Sr. Deputado, admitiam-se funcionários com critério para ocupar as vagas necessárias. Não era assim a metro, avulso. Metem-se os funcionários, e depois vai-se-lhes arranjar que fazer. O que se fazia antes era: fazia-se o levantamento das necessidades, vinha a esta Assembleia. O Sr. que é tão perspicaz nestas coisas, vá ver essas atas e vai ver que vêm os lugares criados para serem ocupados. Não era assim.-----

Portanto, para terminar Sr. Presidente, concordo com a admissão, já tenho dito que a Câmara é o motor do desenvolvimento do Concelho, por isso também deve criar empregos, mas como eu disse: com critério. E, o critério, finalizo dizendo qual é. De tanta gente que entrou, com certeza que foi com mérito, não vi ainda quase ninguém a ir para o exterior, a reparar as tais valetas, os tais parques, os tais caminhos, a ajudar também as Juntas de Freguesia, que bem necessários são. É tudo para o interior, para escritório, não tenho nada contra o escritório, mas prezo muito o asseio urbano nas vilas e nas freguesias. Querem um exemplo? Para que não digam que é uma obsessão pelo Sr. Presidente da Câmara. Já aqui foram dados alguns. Vão compor as ruturas da água. Perfeito, com certeza. Sabem o que é que acontece? O calcetamento fica lá eternamente. Querem que lhes diga de ruturas que foram compostas no início do vosso mandato e ainda estão assim? Eu digo isso, está bem? Eu, se quiserem, informo onde isto aconteceu. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Vou ser sintético, Sr. Presidente, até porque se tem falado já muito disto, nas sessões passadas, e eu remeto também as minhas declarações para os colegas que me antecederam, o Deputado Luís Lameiras, o Deputado António Fernandes, que explicaram bem a situação. No entanto, quero reforçar o seguinte: acho que era necessário explicar as admissões acima de tudo; para que querem os recursos humanos, onde os colocam, e o que vão fazer, antes de os admitir. Era necessário fazer um levantamento das necessidades e depois sim, contratar os recursos humanos indispensáveis ao funcionamento do Município. Não de acordo com necessidades pessoais,



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

46

mas sim de acordo com necessidades da Câmara. Não de acordo com vontade política; não aquela política de polis, mas partidária. Nós percebemos a situação, Sr. Presidente, e queria também, para finalizar, dizer o seguinte: quero-lhe dizer que não houve aumento da delegação de competências, não houve delegação de competências na Câmara Municipal. Até porque não as aceitaram. Logo, não se justifica o aumento brutal deste número. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Vamos lá ver se a gente põe um ponto final nesta discussão estéril, que não leva a lado nenhum, e desmascara aqui alguma informação poluidora que anda aí no ar, que alguém faz questão de usar só para denegrir o trabalho do Município. --- Ora bem, vamos lá ver uma coisa. Alguém anda aí com uma bandeira no ar a acenar que as despesas com os recursos humanos, desde dois mil e dezassete até hoje, cresceram um milhão de euros. Meus senhores, vamos lá ser sérios! Eu tenho aqui os números prestados pela nossa Divisão Financeira, que dizem o seguinte: em dois mil e dezoito previa-se, com recurso humanos, gastar três milhões e cem mil euros. Executaram-se, efetivamente, dois milhões e novecentos mil. Ficou abaixo do estimado. Para dois mil e dezanove prevê-se gastar três milhões e seiscentos mil. O tal aumento de quinhentos mil, efetivamente, é verdade. Três milhões e seiscentos mil, para acomodar todas as contratações que se fizeram até agora. E eu não admito que adjetivem a contratação pública feita pelo Município e a gestão de recursos humanos de atabalhoada, falta de planeamento. Não admito isso. E a explicação que eu vou dar, espero bem que ponha ponto final nisto, e que os senhores percebam de uma vez por todas que não é assim. E só o dizem porque, efetivamente, não leram os documentos previsionais. Não leram o mapa de pessoal, e não o viram. Porque o que diz lá é: fez-se um levantamento rigoroso das necessidades totais e o nosso quadro prevê hoje cento e noventa e um lugares. Estão providos cerca de cento e cinquenta, com as novas admissões. O que acontece, é que os documentos previsionais para dois mil e dezanove, no ano em que estamos, preveem dotação suficiente para acomodar o número máximo de vagas criadas, se entendêssemos contratá-las. E acho que isto é planeamento, isto é gestão eficiente dos recursos humanos. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Colocou à votação do ponto seis da ordem do dia – 1ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2019, sendo aprovado por maioria, com 21 votos a favor e 13 abstenções. -----

Introduz o ponto sete da ordem do dia - *Deliberação sobre a transferência de competências para as autarquias locais, nos domínios de Proteção e Saúde Animal e da Segurança dos Alimentos.* -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Julgo que saberão, saiu no passado dia 30 de Janeiro, foram publicados mais quatro diplomas. Em dois deles, esta Assembleia tem já que se pronunciar hoje, relativamente à aceitação ou não, da transferência de competências. Uma delas é esta, o ponto sete, tem a ver com a transferência para as autarquias locais de competências nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos. É um diploma,



[Handwritten signature and initials]

portanto, uma competência que não vem com meios financeiros alocados, e, portanto, terá que ser suportada inteiramente. O exercício dessa competência teria que ser inteiramente suportado por receitas próprias, geradas no exercício dessa competência, taxas e tudo isso. Nós propomos, aqui, a não-aceitação desta competência, à semelhança do que fizemos com as restantes, na outra Assembleia Municipal, remetendo para um período posterior. O Município terá necessidade de se preparar melhor, designadamente com regulamentos, e alterando o seu Regulamento Municipal de Taxas e Licenças. Assim, eventualmente no próximo ano, em dois mil e vinte, estaremos em condições de assumir esta competência. Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abriu período de inscrições. Passa a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Vilela. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Sr. Presidente, vou remeter a minha intervenção para a minha intervenção genérica nos pontos de delegação de competências da última Assembleia extraordinária, portanto, está lá tudo aquilo que eu iria dizer agora, está lá tudo escrito. A pertinência é a mesma. Queria só reafirmar que, este ponto em concreto, não põe em causa as finanças municipais. Por isso, e em coerência com a posição por nós assumida no passado mês de janeiro, nessa Assembleia extraordinária, entendemos que o Município de Alijó deveria aceitar estas competências já para o corrente ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação ponto sete da ordem do dia - *Deliberação sobre a transferência de competências para as autarquias locais, nos domínios de Proteção e Saúde Animal e da Segurança dos Alimentos*, tendo sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor, 10 contra e 5 abstenções: -----

1. A não aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 20/2019 de 30/01/2019, para o ano de 2019; -----
2. Comunicar, nos termos citado diploma, a não aceitação das transferências à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). -----

Introduz o ponto oito da ordem do dia - *Deliberação sobre a transferência de competências para as autarquias locais, no que concerne à Cultura*.-----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Como repararam, com certeza, esta proposta foi aprovada por unanimidade na Reunião de Câmara. Propõe-se a transferência da competência no âmbito da cultura para os municípios. Contudo, no caso específico do Município de Alijó, esta competência não tem aplicação. Propõe-se a não-aceitação. -----

PRESIDENTE DA MESA: Não havendo inscrições coloca à votação o ponto oito da ordem do dia - *Deliberação sobre a transferência de competências para as autarquias locais, no que concerne à Cultura*, tendo sido aprovada por maioria, com 32 votos a favor e 3 abstenções: -----

1. A não aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 22/2019 de 30/01/2019, para o ano de 2019; -----
2. Comunicar, nos termos citado diploma, a não aceitação das transferências à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL). -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

48

Introduz o ponto nove da ordem do dia – *Proposta de revisão do Quadro Plurianual de Programação Orçamental – QPPO.* -----

Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Este ponto consubstancia uma proposta de revisão do Quadro Plurianual de Programação Orçamental, o chamado QPPO, que é uma mera formalidade. Portanto, isto ainda nem sequer foi regulamentado. Mas decorre, de facto, da lei como obrigação. Como sabem, fundamentalmente o que contempla este quadro é um acomodar do saldo transitado, desde o ano anterior, que acresce ao montante do Orçamento, digamos assim, no ano vigente, neste caso dois mil e dezanove, e uma perspetiva, digamos assim, de previsão para os três anos seguintes. É uma mera formalidade. Dizer só que, o QPPO representa no Município de Alijó, para dois mil e dezanove, um montante global, já com a integração dos dois milhões cento e setenta, de quinze milhões novecentos e cinquenta mil euros. -----

PRESIDENTE DA MESA: Não havendo intervenções, coloca à votação o ponto nove da ordem do dia – *Proposta de revisão do Quadro Plurianual de Programação Orçamental – QPPO, tendo sido* aprovado, por maioria, com 31 votos a favor e 4 abstenções. -----

Introduz o ponto dez da ordem do dia - *5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2019 – Revisão.* -----

Passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Este ponto dez é substancialmente mais interessante. É uma proposta de modificação aos Documentos Previsionais vigentes por revisão. E porque é por revisão, porque efetivamente esta proposta integra a criação de alguns projetos novos. Portanto, o órgão competente para aprovação desta revisão é a Assembleia Municipal. Por outro lado, é feita a distribuição do saldo transitado, ou melhor, é proposta aqui à Assembleia a distribuição também do saldo transitado de dois mil e dezoito, que já se aqui falou. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre período de inscrições. -----

Dá a palavra ao Sr. Deputado António Rocha. -----

DEPUTADO ANTÓNIO ROCHA (BE): De facto, tem um bocado a ver com o outro ponto. Portanto, o Quadro Plurianual de Programação Orçamental tem um bocado a ver. Tanto é, que está lá a rúbrica, está lá o valor implícito. Portanto, isto tem a ver com o saldo propriamente dito, que transita agora, se calhar até poderia já ter na Previsão Orçamental, no Orçamento para dois mil e dezanove, já teria alguma noção. Só que isto afeta tudo, como deve compreender, a receita e a despesa. Ora, na receita, está aqui na rúbrica, no fim, na rúbrica de posse de serviço. O problema é de facto na despesa, e eu não vejo lá onde é que isto possa surtir efeito. O problema é o mesmo que eu referi aquando do Orçamento. Nós ficamos sem saber, uma vez que também está inscrito no Quadro Plurianual de Programação Orçamental, se ia surtir efeito também no Quadro Plurianual. Ora, é isso que eu aqui não vejo, na parte da despesa. Não vejo nada substantivo nesta verba que também, por sinal, já transitou no exercício de dois mil e dezassete, uma verba semelhante. Estamos a falar de coisas que são semelhantes. O efeito é o mesmo. E é isso que eu não vejo aqui.



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

49

É uma parte que continua a ser muito técnica, e pouco perceptível. Portanto, penso que não é de bom gosto, e tinha aqui uma margem muito significativa, que são três milhões, portanto, lá vamos voltar ao mesmo, representa mais ou menos o que os recursos humanos consomem. Há um bocado esqueceu-se dos impostos, também, e das taxas; também fazem parte dos custos. Portanto, é uma verba que poderia ser imputada aos planos de investimento já do próximo ano. -----

PRESIDENTE DA MESA: Passa a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA: Obrigado, Sr. Deputado Rocha. Eu percebo que, de facto, é demasiado técnico, e percebo que não seja, digamos, de leitura imediata, acessível e fácil, de perceção fácil. Mas eu posso-me comprometer aqui com os Srs. Deputados que, na próxima Assembleia de Abril, traga um documento mais detalhado, de leitura mais fácil, para que seja possível perceber. No fundo, só poderá traduzir este número que aqui está, o que quer dizer com isto, o que é que pode, a partir de agora, haver alterações ao que aqui está, pode acontecer. Mas o que eu prometo é que o que aqui está retratado, passá-lo a uma linguagem mais acessível, que toda a gente perceba o que é que foi, que projetos novos foram criados, como é que eles foram dotados, e que projetos já existentes foram reforçados. Eu comprometo-me com isso. -----

Só uma pequena correção: relativamente aos recursos humanos, aqui estes três milhões e seiscentos mil são efetivamente os custos totais. Três milhões e seiscentos mil é o que se prevê para este ano, os custos totais. -----

PRESIDENTE DA MESA: Colocou à votação o ponto dez da ordem do dia - 5.ª *Modificação aos Documentos Previsionais de 2019 – Revisão*, tendo sido aprovado, por maioria, com 23 votos a favor e 12 abstenções. -----

Introduz o ponto onze da ordem do dia – *Nomeação de quatro elementos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*. -----

Disse que já está contextualizado, e mais que contextualizado este ponto. Na sequência da renúncia dos quatro elementos, impõe-se que a Assembleia Municipal faça a eleição de novos elementos para esta Comissão. -----

Não sei se há algum acordo prévio entre os Grupos Municipais. Parece-me que não. Portanto, eu pedia aos Grupos Municipais que apresentassem a sua lista, se as apresentam, para se colocar à votação. -----

DEPUTADO MÁRCIO RIBEIRO (PPD/PSD.CDS-PP): Apresenta a Lista A, composta pelos seguintes elementos: Rui Lopes, António Borges, Toni Afonso e Fernanda Monteiro. -----

DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS): Apresenta a Lista B, constituída pelos Srs. Deputados Estela Teixeira, Pedro Espírito Santo, Luís Lameiras e Filomena Marques. -----

PRESIDENTE DA MESA: Abre o período de intervenção. Dá a palavra ao Deputado Luís Pereira. -----

DEPUTADO LUÍS PEREIRA (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente. Este assunto já foi amplamente debatido há pouco, mas houve aqui uma questão que me parece importante e que é a seguinte: se calhar, em relação a esta matéria, a Sr.ª Vereadora da Ação Social, que julgo pertencer ao Grupo Restrito desta Comissão, teria uma palavra a dizer, uma



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

50

[Handwritten signature and initials]

palavra de esclarecimento em relação a isto. Depois, há pouco o Sr. Deputado Márcio Ribeiro, quando interveio em relação à moção, disse que esta é de facto uma questão política, no sentido grego do termo. Pelos vistos, parece que estou mesmo a fazer política partidária. E porquê? Porque há aqui uma incongruência, há aqui um paroxismo. Eu não consigo entender esta posição do PSD-CDS. É mesmo um paroxismo. Porquê? Então demitem-se quatro elementos da Coligação do PSD-CDS, e agora propõem novos elementos? Não estou a perceber, sinceramente, não estou a perceber. Quer dizer, se todo o argumentário que aqui foi exposto, por parte dos elementos demissionários foi razão para se demitirem, então nessa lógica, nessa linha de raciocínio, os novos elementos que vão ser eleitos pela Coligação vão fazer o mesmo. Eu não estou a perceber. Sinceramente, expliquem-me isto. -----

Depois, há aqui uma questão, também, que há pouco não foi afluída, e que me parece de extrema importância afluí-la aqui. E é o seguinte: eu desde o início disse que estávamos a ouvir apenas a versão dos elementos demissionários, e que era importante ouvir também a outra parte, e os elementos que fazem parte dessa Comissão. Porque, que eu saiba, não se demitiu mais ninguém. E eu propunha à Coligação PSD-CDS que, ela própria, apresentasse aqui uma proposta no sentido de se formar uma comissão no âmbito desta Assembleia Municipal para haver confrontação, para chegarmos a uma verdade. Onde é que está a verdade? Porque nós só ouvimos aqui a ortodoxia da situação, não ouvimos a heterodoxia. Tenho dito. -----

PRESIDENTE DA MESA: Dá a palavra ao Deputado Rui Lopes. -----

DEPUTADO RUI LOPES (PPD/PSD.CDS-PP): Eu não vou entrar neste tipo de politiquices. Falo para fazer um alerta acerca da CPCJ. Porque há aqui uma coisa, que se calhar os Srs. não estão a par. Peço desculpa, não é chamá-los de ignorantes, mas estão menos ligados com essas situações. Os casos da CPCJ deveriam passar, inicialmente, por uma Comissão do Centro de Saúde, constituída por assistente social, e não passam lá nenhuns. É isso mesmo. A *powerpad*, digamos assim, prepara-se tanto, que se esquece que não está a trabalhar muito bem na CPCJ. Não se preocupa quem lá está, nem estou, digamos, a pôr (defeitos). Se calhar não foi promovida essa primeira linha, se calhar por culpa da Sr.ª Presidente, não foi promovida essa primeira linha, no sentido de que os casos passassem por lá. E tinham, quase, algum filtro e passariam ali os casos e se calhar CPCJ funcionaria melhor. -----

PRESIDENTE DA MESA: Coloca à votação o ponto onze da ordem do dia – *Nomeação de quatro elementos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens*, por escrutínio secreto, por maioria com 19 votos a favor, da lista A, composta por: Rui Lopes, António Borges, Toni Afonso e Fernanda Monteiro. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu por terminados os trabalhos, agradecendo a presença e participação de todos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão. -----

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Assembleia Municipal deliberou, em sessão do dia 30/04/2019, aprovar a

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 28-02-2019



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pela Mesa. -----

A MESA

Maria J. P. P.
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Alijó